



**A capacidade de atração turística dos concelhos  
rurais nos distritos ribeirinhos a norte do rio  
Douro Português.**

**por**

**Ana Cristina Morais Oliveira Moreira**

[ana.c.oliveira@netcabo.pt](mailto:ana.c.oliveira@netcabo.pt)

**Tese de Mestrado em Economia e Administração de  
Empresas**

**Orientadora: Maria Margarida De Mello**

**2012**

## **Breve Nota Biográfica**

Ana Cristina Oliveira nascida em Mirandela no ano de 1978. Em 2002 conclui a licenciatura em Engenharia Química ramo Tecnologias de Proteção Ambiental, no Instituto Superior de Engenharia do Porto e em 2004 a Pós-Graduação em Engenharia da Segurança. No ano de 2009 ingressei na Faculdade de Economia da Universidade de Porto no mestrado em Economia e Administração de Empresas.

Iniciei a atividade profissional em 1999, com a realização de um estágio profissional no Instituto Superior de Engenharia do Porto na área da investigação onde efetuei a Validação de Metodologias Analíticas para Doseamento de Pesticidas Piretróides em Águas.

Em 2001 a minha atividade profissional passou a estar ligada à Indústria, numa empresa de produção de mobiliário estofado na qual exerci função de responsável de Qualidade, Ambiente e Segurança durante quase 9 anos, no último ano acumulei a função de responsável Industrial dessa mesma empresa. Paralelamente, ministrei várias ações de formação em diversas entidades e consultoria técnica em algumas empresas.

A partir de 2010 dediquei-me exclusivamente à consultoria e formação na qual fiz parte da equipa de associações, empresas de consultoria e formação, participando como consultora no programa Prevenir para Inovar, nos setores de atividade da Indústria de alimentação e bebidas, Química, Ourivesaria, matérias Plásticas e escolas; e no programa de Formação PME como consultora de Ligação e Consultora especialista nas áreas de Qualidade, Segurança e Gestão Organizacional.

Atualmente e para além da atividade de consultora e formadora sou gerente de uma empresa de Turismo Rural, a qual tem em curso um projeto de reabilitação de uma unidade de Turismo Rural, com a tipologia Casa de Campo com oito unidades de alojamento na aldeia preservada de Quintandona, Lagares-Penafiel.

## **Agradecimentos**

A elaboração desta dissertação não teria sido possível sem a colaboração de algumas pessoas, a quem quero agradecer.

Em primeiro lugar à professora Maria Margarida De Mello pela orientação deste trabalho e pela disponibilidade sempre demonstrada. Agradeço ainda, a confiança que me depositou fazendo-me acreditar que era possível a realização deste trabalho e me motivou nos momentos mais difíceis deste longo trajeto.

Não poderia deixar de agradecer a minha Família pelo apoio que sempre me deu. Ao meu Marido, Helder, pelos esforços que fez para eu poder concretizar o mestrado e elaborar esta tese, à minha querida filha, Ana Carolina, que neste processo todo compreendeu as minhas ausências. Não podia deixar ainda de agradecer aos meus queridos irmãos e aos meus pais por tudo o que me ensinaram e por me apoiarem em todos os momentos da minha vida.

## Resumo

O turismo ocupa lugar de destaque na economia nacional e regional e surge como uma estratégia viável para o desenvolvimento das regiões.

Tendo em conta as opções e estilo de vida das sociedades modernas, a procura de harmonia com o ambiente natural é cada vez mais cultivada e, como tal, o turismo rural tem vindo a transformar-se numa prioridade dos turistas domésticos e internacionais. Para encorajar este tipo de procura, empresários, grupos de ação local, autoridades nacionais e regionais e mesmo cidadãos anónimos unem esforços na implementação de ações que envolvem a melhoria das condições da oferta, a preservação da identidade cultural das localidades, a divulgação do património histórico e ambiental, a recuperação de aldeias e a dinamização cultural dos ambientes rurais.

Este trabalho analisa a procura turística a norte do Douro Português sob quatro vertentes essenciais: ambiente, economia, população e serviços. A investigação desenvolve-se tendo por objetivo a construção de um *índice de atração do turismo* (IAT) que medirá a capacidade de uma localidade ou região atrair procura turística, dadas condições e dinâmicas específicas das quatro vertentes mencionadas. O estudo centra-se em 30 dos 44 concelhos dos distritos do Porto, Vila Real e Bragança, identificados como “rurais” por critérios pré-estabelecidos. Para esses concelhos definiram-se mais de 60 variáveis “*de interesse*” capazes de justificar as variações das procuras dos turistas domésticos e internacionais dadas diferentes características ambientais, geográficas, económicas e sociais de cada um. Depois de criteriosa seleção, as variáveis sobranes ajudam a definir o *índice de atração turística rural* que é posteriormente testado como única variável quantitativa explicativa nas equações da procura turística doméstica e internacional dirigida a concelhos rurais.

Conclui-se pela relevância estatística dos índices construídos, que assim permitem uma análise da competitividade entre concelhos quanto à sua capacidade de atração turística e, portanto, de investimento, criação de emprego e riqueza, melhores condições de vida, mais e melhores serviços, de competitividade e desenvolvimento. Esta será uma das contribuições deste estudo para a investigação sobre a procura do turismo rural em Portugal.

**Palavras-chave:** turismo rural; análise de correlação; números índice; economia regional; competitividade entre destinos; oferta e procura turística.

## Abstract

Tourism business is currently seen as a key factor that can boost regional economies as well as a viable strategy to upswing economic growth, support sustainable development and aid economies to balance foreign payments through increasing services exports.

Taking under consideration the life style of modern societies, the search for harmony in peaceful landscapes and a clean environment is becoming an ever more pursued goal. As such, rural tourism is becoming a priority in leisure time allocation for both domestic and inbound tourists.

This study analyses tourism demand for 44 Portuguese counties to the North of Douro River, under four defining criteria: environment, economy, population and services. This research evolves having as final purpose the constructing of a “*tourism attraction index*” (TAI) which is believed as capable of measuring the ‘appeal’ that a county has over incoming tourists, given its specific characteristics under the established criteria. The analysis focus on 30 of the 44 counties of Porto, Vila Real and Bragança regions that has been classified as “*rural*” according to several pre-established norms. For these 30 counties, we have defined more than 60 variables “of interest” that could contribute to explaining the domestic and international tourism demand variations, considering all different key characteristics. After a rigorous selection, the remaining variables help to build the desired *tourism attraction index* that is later tested in the demand equations as the sole quantitative explanatory variable.

We conclude for the statistical relevance of the *attraction index* that, as so, allows for the comparison of the counties relative competing skills and enables the endorsement of policy guidelines towards the possibility of redirecting efforts to improve the conditions of competitiveness and, therefore, to create more jobs, better life conditions, more and better services and sustainable development. Hence, this study can be a contribution for the research concerning rural tourism demand in Portugal.

**Keywords:** correlation analysis; index numbers; regional economy; destination competition; tourism demand and supply.

# Índice

Breve Nota Biográfica .....	i
Agradecimentos .....	ii
Resumo .....	iii
Abstract .....	iv
Índice .....	v
Abreviaturas .....	ix
1. Introdução .....	1
2. Revisão de literatura .....	3
2.1 Visão geral da problemática do Turismo rural .....	3
2.2 Impactos do turismo rural a nível regional e local.....	6
2.3 Estado da arte no estudo sobre turismo rural .....	9
2.3.1 Grandes linhas de investigação.....	9
3. Metodologia .....	13
4. O Índice de Atração Turística: relevância, descrição e construção .....	18
4.1 Análise descritiva da área de aplicação do índice.....	21
4.1.1 Enquadramento geográfico e demográfico da área turística de interesse .	21
4.1.2 Enquadramento económico e social da área turística de interesse .....	26
4.1.3 Análise Comparativa dos distritos em termos de capacidade de atração turística e relevância do índice de atração turística .....	27
4.2 Exegética da construção e utilização de índices de atração da procura turística.....	31
4.3 Metodologia de construção do Índice de atração turística.....	32
4.4 Processo de seleção das variáveis relevantes considerando os 44 municípios (rurais e urbanos) .....	33
4.4.1 As variáveis dependentes.....	35
4.4.2 Variáveis independentes .....	36
4.4.3 Análise da correlação das variáveis relevantes.....	57

4.5	Processo de seleção das variáveis relevantes para municípios rurais.....	62
4.5.1	Análise da Variáveis independentes representativas dos concelhos mais rurais .....	64
4.5.2	Estimação do índice e sua constituição para os concelhos tipicamente mais rurais.....	67
4.6	Seleção das variáveis qualitativas.....	72
4.7	Estimação da procura para os conselhos mais rurais.....	74
5.	Conclusões.....	80
6.	Referências.....	82

## Índice de Figuras

Figura Nº 1:	Metodologia de trabalho a ser implementada.....	17
Figura Nº2:	Identificação do concelho de Bragança.....	22
Figura Nº3:	Identificação do concelho de Vila Real .....	23
Figura Nº4:	Identificação do concelho do Porto.....	25

## Índice de Gráficos

Gráfico N°1: Relação entre o nº de dormidas nacionais e as variáveis explicativas ....	68
Gráfico N°2: Relação entre o nº de dormidas estrangeiras e as variáveis explicativas...	69
Gráfico N°3: Relação entre levantamentos internacionais e as variáveis explicativas. .	70
Gráfico N°4: Resultados obtidos na estimação da procura doméstica IDORN.....	75
Gráfico N°5: Resultados obtidos na estimação da procura doméstica IDORE.....	77
Gráfico N°6: Resultados obtidos na estimação da procura doméstica IDORN.....	78

## Índice de Tabelas

Tabela 1: Crescimento médio de dormidas de 2003-2007 por município .....	20
Tabela 2: Correlações das variáveis independentes do Ambiente e Território com as variáveis dependentes ILIM, IDORE e IDORN .....	39
Tabela 3: Relação entre todas as variáveis independentes relativas ao ambiente e território e as variáveis dependentes .....	40
Tabela 4: Correlações das variáveis independentes da Economia com as variáveis dependentes ILIM, IDORE e IDORN .....	44
Tabela 5: Relação entre todas as variáveis independentes relativas à Economia e as variáveis dependentes .....	45
Tabela 6: Correlações das variáveis independentes da População com as variáveis dependentes ILIM, IDORE e IDORN .....	49
Tabela 7: Relação entre todas as variáveis independentes relativas à População e as variáveis dependentes .....	50
Tabela 8: Correlações das variáveis independentes dos serviços com as variáveis dependentes ILIM, IDORE e IDORN .....	54



Tabela 9: Relação entre todas as variáveis independentes relativas aos serviços e as variáveis dependentes .....	55
Tabela 10: Correlações das variáveis independentes selecionadas com as variáveis dependentes ILIM, IDORE e IDORN .....	58
Tabela 11: Relação entre todas as variáveis independentes selecionadas e as variáveis dependente .....	60
Tabela 12: Resumo das variáveis explicativas do índice de atração turística para os 44 municípios em estudo .....	61
Tabela 13: Seleção dos Municípios tipicamente rurais .....	63
Tabela 14: Correlação das variáveis independentes com o ILIM, IDORE e IDORN para os concelhos mais rurais .....	65
Figura 15: Correlação entre as variáveis independentes em estudo para os municípios apenas rurais .....	66
Tabela 16: Correlação das variáveis independentes com o ILIM, IDORE e IDORN e as <i>dummies</i> selecionadas para os concelhos mais rurais .....	73
Tabela 17: Correlação entre as <i>dummies</i> selecionadas para os concelhos mais rurais ...	73
Tabela 18: Estimação da procura turística doméstica.....	75
Tabela 19: Estimação da procura turística internacional considerando o ILIM.....	76
Tabela 20: Estimação da procura turística internacional considerando o IDORE .....	78

## **Abreviaturas**

CCRN - Comissão de Coordenação Regional do Norte Portugal

CE – Comissão Europeia

INE - Instituto Nacional de Estatísticas

IT - Instituto do Turismo

PDR - Plano de desenvolvimento Rural

PAC - Política Agrícola Comum

PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo

TER -Turismo em espaço rural

THR - Assessores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A

UNWTO - World Tourism Organization

ILIM- Índice de Levantamentos internacionais em milhares de Euros.

IDORE- Índice do número de dormidas de estrangeiros

IDORN- Índice do número de dormidas nacionais

IAA1- Índice da superfície dos municípios

IAA2- Índice das altitudes

IAB1- Índice das águas balneares

IAC1- Índice do dispêndio das Câmaras Municipais em paisagem e biodiversidade

IAD1- Índice da Rede Natura

IAD2- Índice da proteção especial

IAD3- Índice do total de áreas protegidas

IAE1- Índice do uso dos solos - urbano

IAE2- Índice do uso dos solos – Equipamentos e parques

IAE3- Índice do uso dos solos - Industria

IAE4- Índice do uso dos solos – Turismo

IAE5- Índice do uso dos solos - Agropecuária

IAE6- Índice do uso dos solos – Floresta

IBA- Índice da densidade média de empresas n°/km<sup>2</sup>

IBB- Índice da média do Poder de Compra

IBC1- Índice do peso médio dos beneficiários do rendimento mínimo

IBC2- Índice do n° de beneficiários

IBC3- Índice do peso dos beneficiários na população

IBD1- Índice do n° de automóveis vendidos

IBD2- Índice da taxa de crescimento das vendas de automóveis

IBE- Índice da situação líquida média acumulada das Câmaras Municipais em mil €

ICA1- Índice do n° médio da população residente

ICA2- Índice da superfície (km<sup>2</sup>) do território por Localização geográfica

ICA3- Índice da densidade média População (N°/ km<sup>2</sup>)

ICB1- Índice do n° médio de residentes com mais de 75 anos

ICB2- Índice do peso da população médio com mais de 75 anos na população total

ICB3-Índice da taxa crescimento da população média com mais 75 anos

ICB4- Índice médio de longevidade

ICB5- Índice da idade média da População em 2001

ICB6- Índice da idade média da população 1991

ICB7- Índice da taxa Crescimento da Idade média da população 1991-2001

ICC1- Índice do n° médio de Cidades

ICC2- Índice do n° médio de Vilas

ICC3- Índice da proporção (%) de população urbana

ICC4- Índice do n° total de cidades e vilas

ICD1- Índice da taxa média crescimento migratório (%)

ICD2- Índice do nº de estrangeiros por local de residência

ICD3- Índice do nº de estrangeiros por habitante (%)

ICD4-Índice da taxa crescimento do nº de estrangeiros por habitante (%)

IDA1- Índice da despesa média em cultura e desporto (mil €)

IDB1- Índice relativo do nº total de Museus

IDB2- Índice do nº Galerias de Arte e outros espaços

IDB3- Índice do nº Total de Museus, Galerias de arte e outros espaços

IDC1- Índice do nº Médio de Estabelecimentos Bancários

IDC2- Índice do nº Médio de Caixas Multibanco

IDD1- Índice do nº médio de Farmácias

IDD2- Índice do nº médio de Farmácias por km<sup>2</sup>

IDD3- Índice do nº total de Centros de Saúde

IDD4- Índice do nº total Hospitais

IDD5- Índice do nº total de Centros de Saúde + Hospitais

IDD6- Índice do nº total de Centros de Saúde + Hospitais por km<sup>2</sup>

IDD7- Índice do nº total de Centros de Saúde + Hospitais por habitante

IDD8- Índice do nº médio de Médicos por km<sup>2</sup>

IDD9-Índice do nº médio de Médicos por 1000 habitantes

IDE1- Índice do nº de estabelecimentos hoteleiros

IDE2- Índice do nº de camas por 1000 habitantes

IDE3- Índice do nº total de camas em todos os estabelecimentos hoteleiros

IAT - Índice de atração turística

# 1. Introdução

Segundo a revista Travel & Tourism Competitiveness Index (4ª edição), Portugal ocupava, em 2011, a 18.ª posição no mundo como destino de investimento nos sectores do Turismo e Viagens. A importância global do turismo na economia nacional pode ser documentada através de diversos indicadores além do mencionado, apontando todos no mesmo sentido: para Portugal, o turismo é um fator de equilíbrio das contas públicas pois as receitas turísticas, tendo um peso significativo na Balança Corrente, assumem importância estratégica no crescimento da economia portuguesa através da criação de receitas significativas que revelam um conjunto de vantagens competitivas, em regra, não alcançáveis por outras atividades (Turismo de Portugal, 2009).

Dentro da indústria do turismo, o turismo em espaço rural, consiste numa atividade económica impulsionadora do desenvolvimento das regiões sendo uma forma de promover um estilo de consumo integrado na vida rural e na natureza, interagindo com as comunidades rurais num ambiente que se pretende relaxante e descontraído (Frederick, 1993).

Para Mathieson e Wall, (1982), o turismo rural é visto como uma possível estratégia viável para o desenvolvimento das regiões mais remotas, sendo considerada a melhor forma de satisfazer as exigências de sustentabilidade ambiental, emprego, investimento público e privado, melhoria das infraestruturas e benefícios económicos das populações locais. Assim, o desenvolvimento de instalações turísticas em determinado local, pode ser encarado como um meio de corrigir as disparidades regionais em termos de emprego e rendimentos.

Relativamente à região Norte de Portugal, pode dizer-se que coloca à disposição de quem a visita uma grande variedade de opções no que diz respeito à oferta de produtos turísticos, abrangendo sol e mar, montanha, termas e turismo rural. O turismo rural nesta zona oferece uma alternativa interessante e singular ao chamado turismo de massas que habitualmente se associa a impactos ambientais mais negativos (Fernandes, 2005).

O trabalho que aqui vamos desenvolver debruça-se sobre a análise da procura do turismo rural nos distritos a norte do Douro português e da sua importância como

potencial catalisador das atividades económicas locais. Presta-se particular atenção à identificação das determinantes da procura dirigida a esses destinos e às sinergias que tem com o ambiente económico local, de forma a poder quantificar o contributo que o turismo poderá dar na sustentabilidade económica das regiões em estudo e consequentemente, no desenvolvimento e bem-estar das populações locais.

A investigação desenvolve-se através da construção de um índice de atração turística (uma das variáveis explicativas a incluir nas equações da procura) que medirá o “*nível de atratividade turística*” de uma localidade ou região, será uma das contribuições deste estudo para a literatura que a análise da procura do turismo rural no norte de Portugal.

Como constataam, Pizam e Upchurch, (2002), a literatura ligada a este tema é grande e relativamente diversificada. O estudo que nos propomos efetuar, embora fazendo parte de uma linha de investigação bastante popular que analisa a relevância do turismo rural na economia nacional e/ou regional (Kastenholz *et al.*, 1999; Kastenholz, 2005; Marques, 2006; Kastenholz e Almeida, 2008; Alves, 2010) é original porque foca a procura do turismo rural numa região específica, analisa o grau de competitividade entre zonas rurais com e sem a recuperação de aldeias típicas, constrói um índice de ruralidade que permite avaliar preferências quanto a destinos alternativos e, com base numa especificação econométrica robusta, permite projetar no futuro a procura do turismo rural fornecendo aos agentes económicos interessados na exploração desta atividade, uma base sólida para a implementação mais segura dos seus investimentos e para a gestão eficiente do seu negócio. Assim, este trabalho representa uma contribuição válida para a literatura que concerne à análise da procura do turismo rural no Norte de Portugal.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: no capítulo 2, procede-se à revisão da literatura mais relevante para o estudo que queremos desenvolver; no capítulo 3 explica-se a metodologia a seguir; no capítulo 4 caracteriza-se a região em estudo e os critérios que definem o nível de atratividade turística de uma região para a construção dos índices de atratividade que integrarão as curvas da procura.

## **2. Revisão de literatura**

### **2.1 Visão geral da problemática do Turismo rural**

O relatório sobre Política de Desenvolvimento Rural 2007-2013 da Comissão Europeia (PDR\_CE, 2007-2013) afirma que as zonas rurais dos 27 Estados-Membros representam 91% do seu território abrigando mais de 56% da sua população<sup>1</sup>. A relevância destes números torna ainda mais premente a necessidade de se estar atento às profundas alterações que têm vindo a ocorrer nesta área. Com efeito, no último meio século, as tendências de crescimento da industrialização e urbanização têm sistematicamente contribuído para o declínio da situação económica, social e cultural das populações rurais. Estas populações têm vindo a ser sujeitas a mudanças de grande impacto que afetam severamente os seus modos de produção e de vida. As principais forças de mudança assentam no decréscimo dos seus rendimentos em termos reais. A queda destes rendimentos, conjuntamente com a modernização e o desenvolvimento tecnológico, contribuem para a redução do emprego agrícola acompanhado pela inevitável migração que conduz à perda de mais serviços e de mais emprego. Lojas, escolas, bancos, serviços médicos e transportes reduzem-se conduzindo ao abandono das terras e a uma crescente rarefação, dispersão e envelhecimento das populações (Boone *et al.*, 2003).

Não há, pois, autoridade regional, nacional ou internacional, governo central, ou municipalidade que, de uma maneira ou de outra, não tente travar esta sucessão de causas e efeitos com maior ou menor sucesso. Uma das soluções mais populares passa por implementar, patrocinar ou subescrever ações conducentes ao desenvolvimento do turismo rural. Assiste-se, nos tempos mais recentes, à crescente atenção prestada à recuperação, conservação e proteção do património natural e da paisagem rural, da construção tradicional e dos edifícios históricos, reinveste-se em infraestruturas e serviços básicos na tentativa de fixar as populações que ainda permanecem, convencer a voltar os que já abalaram e atrair os que nunca lá viveram (Markusen, 2007).

Independentemente da relevância que têm em cada país, muitas são as regiões na Europa cujas autoridades e forças vivas das comunidades apoiam e desenvolvem o

---

<sup>1</sup> In [http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/index_pt.htm), acedido em 21/11/2011

turismo rural, sendo este reconhecido como uma forma alternativa de rendimento para as zonas mais remotas (PDR\_CE, 2007-2013). A crescente quantidade e diversidade de apoios e incentivos financeiros quer a nível da comissão Europeia e dos Programas da Política Agrícola Comum (PAC), quer a nível das autoridades nacionais e regionais, constituem evidência clara da crescente importância que os novos destinos no turismo rural têm vindo a assumir nas economias locais e regionais (Hegarty e Przezborska, 2005).

O peso que o turismo rural possa ter no mercado turístico nacional depende, entre outras coisas e para cada país, dos seus recursos naturais, das infraestruturas e da imagem que a oferta dos produtos turísticos tenha dentro e fora de portas (Kastenholz *et al.*, 1999). Por exemplo, segundo Kastenholz *et al.*, (1999) a Áustria está associada ao turismo rural de montanha, o Egipto ao turismo cultural e os países mediterrâneos ao turismo de mar e praia. Mas, em qualquer destes destinos, existe potencial para diversificar o produto, prolongar o seu ciclo de vida e acrescentar mais valor através da criação de produtos turísticos novos ou complementares dos já existentes (Kastenholz *et al.*, 1999).

No sul da Europa, onde Portugal se integra, o desenvolvimento da opção rural tem sido mais lento, não só porque a concorrência do turismo urbano e de sol e mar é muito forte e está já estabelecida como rotina nos mercados-origem, mas também, em particular no caso de Portugal, porque o investimento nas infraestruturas necessárias à sua implementação só há pouco mais de uma década começou a ser realizado (Kastenholz e Almeida, 2008).

O Instituto do Turismo (IT) publica no relatório Turismo de Portugal (2011) o número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros portugueses no 2º trimestre de 2011 e constata que estas superam em 13% as do mesmo período de 2010. Esta subida foi motivada em 20% pelo crescimento de turistas estrangeiros. Também, de acordo com o Anuário das Estatísticas do Turismo (2009), entre 2001 a 2009, a balança turística (receitas menos as despesas) cresceu aproximadamente 11%. De acordo com a mesma fonte o turismo no espaço rural cresceu 42% no período entre 2001 e 2009, existindo nesse ano 1193 estabelecimentos<sup>2</sup> correspondendo a aproximadamente 34% do total dos

---

<sup>2</sup> De acordo com legislação em vigor os empreendimentos de turismo no espaço rural podem ser classificados nos seguintes grupos: Casas de campo; Agro-turismo e Hotéis rurais.



estabelecimentos de turismo nacional e a 2,8% da capacidade de alojamento de todas as unidades (número de camas). A zona norte do país representava em 2009, cerca de 23% do total de estabelecimentos turísticos, sendo alojados nestes estabelecimentos cerca de 13% do total de turistas estrangeiros que visitaram o país e 25% dos turistas nacionais. Estes números ilustram bem a natureza da procura turística no Norte do país. Esta região atrai 1/4 do turismo doméstico mas menos de 1/7 do turismo internacional. O turismo rural apesar de representar mais de 1/3 dos locais de acomodação, tem uma capacidade de alojamento residual (< 3%). Isto porque os estabelecimentos de turismo rural são, tipicamente, casas ou pequenos hotéis com um número muito restrito de camas. Esta característica é, aliás, uma das razões das escolhas do turista rural que, em geral, procura recolhimento, quietude e sossego, atributos incompatíveis com unidades hoteleiras de média e grande capacidade (Kastenholz e Almeida 2008). Assim, parece que não poderá ser na quantidade que estará o futuro deste tipo de turismo, mas sim na qualidade acrescida do serviço, no requintado bom gosto da decoração, na extensa atenção ao detalhe, na recuperação e preservação de hábitos culturais ancestrais, enfim, num atendimento personalizado e atento a cada cliente (Kastenholz e Almeida 2008).

De acordo com o mesmo autor, na zona Norte de Portugal a época baixa é dominada pelo mercado interno (turismo doméstico), através da repetição de visitas por períodos de tempo mais curtos e onde se visita mais as sub-regiões do interior norte. Por outro lado, a época alta é dominada pelo mercado internacional, um segmento relativamente mais jovem, e que tende a preferir a sub-região do litoral, onde permanecem mais tempo e tendem a gastar mais dinheiro (Kastenholz e Almeida 2008).

As comunidades rurais avaliam o turismo como uma estratégia potenciadora do desenvolvimento económico, sendo que a questão básica a responder deve ser como desenvolver o turismo de forma adequada a cada localidade ou região (Bramwell, 1998). Nesta mesma linha de pensamento, Rodrigues *et al.* (2010), apresentam a estratégia utilizada pela rede europeia de turismo de aldeia como adequada em vários casos pontuais. Essa estratégia consiste na promoção de experiências em estadias nas aldeias recuperadas, estimuladas pelo ambiente rural envolvente das aldeias.

## 2.2 Impactos do turismo rural a nível regional e local

Vários estudos (e.g., MacPherson, 1997; Narayanan, 2002. Brown, 2008, Pakurar e Olah, 2008, Byrd et al., 2009) sustentam que o turismo rural influencia positivamente o crescimento económico regional e o nível de vida das populações locais, contribuindo para a diversificação das atividades económicas, para o aumento do emprego local, para a melhoria dos serviços básicos na região e para o reforço da cooperação económica entre as áreas urbanas e rurais. Como resultado da reestruturação económica e com o aumento do turismo de lazer em zonas rurais, muitas regiões têm utilizado a indústria do turismo como uma componente importante da sua estratégia de desenvolvimento económico global sem a prévia avaliação das suas implicações (Frederick, 1993; Marcouiller, 1997). De acordo com Marcouiller *et al.* (2004), em grande parte da literatura sobre o tema, as mudanças na economia rural são geralmente desprovidas de indicadores de desenvolvimento confiáveis que permitam acompanhar essas mesmas mudanças.

O turismo pode funcionar como catalisador dos efeitos multiplicadores do investimento em termos de desenvolvimento regional nas economias rurais (Skuras *et al.*, 2006). O turismo rural é uma forma eficiente de acrescentar rendimento e bem-estar às populações locais e aumentando a atratividade das regiões, reduzindo o despovoamento e o abandono da terra (Pakurar e Olah, 2008). Esta atividade económica tem também a capacidade de estimular nas populações e autoridades locais o sentido de preservação do património cultural e de perpetuar o vetor de troca cultural na região (Macbeth, 1997; Prideaux *et al.*, 1997).

Uma outra vertente da mudança operada nas comunidades rurais e apoiada pela política europeia de desenvolvimento rural, diz respeito à produção de alimentos locais e à proteção das produções em zonas de denominação controlada. Estas produções são entendidas como meios diferenciadores do turismo rural e como forma de aumentar o emprego e a atratividade das regiões onde se produzem os bens protegidos, de modo a potenciar a capacidade de exportação dessas regiões (Skuras *et al.*, 2006). Segundo estes autores, quase dois terços dos visitantes compram produtos locais, partilham experiências gastronómicas e efetuam gastos na compra de produtos alimentares para

levar para casa, sendo que a compra local de alimentos é uma parte significativa do rendimento total produzido pelo turismo rural.

Na mesma linha de pensamento, Swarbrooke (1996) constata que a gastronomia reforça a imagem dos produtores locais e preserva a diversidade da produção tradicional de alimentos e bebidas. Adicionalmente, o mesmo autor admite que o turismo gastronómico funciona melhor nas localidades rurais onde os operadores turísticos desenvolvem menus turísticos inovadores, fazendo uso dos produtos existentes na região (cooperativas agrícolas, queijarias, padarias, charcutarias) e, consequentemente, fortalece a economia local. Perante este quadro de alterações pode dizer-se que a agricultura surge como atividade complementar da indústria turística (e já não como atividade principal), em particular no que respeita à oferta de produtos às unidades de turismo locais. Essa oferta tem-se expandido às unidades regionais e até nacionais em tempos mais recentes (Tchetchik *et al.*, 2008). Em concordância Brown (2008) constata que os agricultores de produtos frescos, podem tirar proveito do turismo para estabelecer canais de distribuição adicionais, e servir assim para o escoamento dos seus produtos frescos ou processados.

Para além da atividade agrícola propriamente dita, o turismo rural pode promover experiências que beneficiam a agricultura, na medida em que os turistas para usufruir do carácter rural do meio participam nas diversas atividades agrícolas existentes na região (Knowd, 2001). Complementarmente, Alves *et al.*, (2010) verificam que, as regiões turísticas com o objetivo de atrair mais turistas e prolongar a sua estadia aumentam o número de eventos culturais (exposições de artesanato, feiras, festivais, festas temáticas) para complementar as ofertas tradicionais já existentes. A componente económica da realização destes eventos apresenta uma perspetiva positiva com o aumento do emprego e do melhoramento da imagem da região e consequentemente dos seus produtos. Quanto à componente social e segundo os moradores e fornecedores há um maior impacto sobre a valorização do “orgulho comunitário” e da “imagem da comunidade” (Alves *et al.*, 2010). Assim, utilizar e dinamizar as sinergias existentes nas atividades e identificar os interesses comuns entre os vários agentes é a maneira mais fácil de atrair turistas para o benefício das comunidades locais (Knowd, 2001).

Para a Organização Mundial do Turismo, o turismo precisa de ser desenvolvido e gerido de forma planeada, controlada e sustentável. Nesta linha de pensamento, o turismo pode gerar benefícios económicos nos destinos, sem criar problemas do foro ambiental ou social, tendo como objetivo a conservação e regeneração dos recursos que sustentam a indústria turística no futuro. O planeamento do turismo a qualquer nível - internacional, nacional, regional ou local - é essencial para o sucesso do desenvolvimento e gestão da indústria do turismo, principalmente a longo prazo (Fletcher e Cooper, 1996).

De acordo com Macgillivray e Zadek (1995), a abordagem de desenvolvimento sustentável do turismo rural é válida em três vetores principais: a proteção ambiental, a atividade economia e as relações socioculturais. Na mesma linha de pensamento, mas focando mais as implicações ambientais, Egbali *et al.* (2011) e Hunter (1997) constataam que a ligação do turismo rural ao meio ambiente é inevitável e deve existir uma grande preocupação na preservação dos recursos ambientais, pois a sua deterioração pode comprometer oportunidades futuras. Assim, segundo estes autores, será de apoiar e desenvolver a harmonia entre as atividades do turismo e as da comunidade local, sendo que estes princípios devem ser respeitados pelos operadores turísticos, autoridades locais, populações e organizações ambientais.

Do mesmo modo, mas numa perspetiva ética de gestão, Turner (1991) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável está intimamente ligado ao desenvolvimento do turismo e pode, enquanto tal, abranger diferentes perspetivas éticas e de gestão estratégia que podem ir do extremo da preservação fundamentalista até à posição oposta de exploração desregrada dos recursos.

## **2.3 Estado da arte no estudo sobre turismo rural**

### **2.3.1. Grandes linhas de investigação**

Não é fácil obter uma definição consensual de turismo, dada a natureza excessivamente ampla do conceito e a diversidade dos bens e serviços transacionáveis que envolve. A indústria do turismo comporta múltiplos sectores, milhares de empresas e atividades económicas, o que contribui para a diluição das fronteiras que separam o que é do que não é atividade turística (Gilbert, 1990).

Mas essa dificuldade não impede uma visão consensual entre autores (e.g. Sinclair, 1998; Mishra *et al.*, 2011), acerca da importância crescente deste sector na economia e no desenvolvimento dos países e regiões que o adotam como atividade estratégica prioritária e como fonte alternativa de rápido crescimento económico.

Embora haja autores como Sinclair (1998), Marcouiller *et al.* (2004); Skuras *et al.* (2006); Tchetchik *et al.* (2008) e Pakurar e Olah (2008) que defendem a influência positiva do turismo no desenvolvimento das zonas rurais, outros há (e.g. Knowd, 2001; Brown, 2008) que chamam a atenção para a possibilidade de existência de efeitos perversos do turismo rural nas economias locais. Estes efeitos estão relacionados com os baixos salários praticados nesta indústria, com a sua típica sazonalidade e com a inflação dos preços dos prédios rústicos devido ao aumento da procura de terras para agroturismo. Existem ainda outros efeitos negativos relacionados com o nível de utilização dos meios de produção locais, devido ao aumento da procura, que pode levar à redução da qualidade dos produtos e à degradação dos recursos naturais (Brown, 2008).

Um dos aspetos transversais a todo este processo de atração e de encantamento pelo rural e, portanto, da procura que lhe é dirigida, tem a ver com espaços rurais que as pessoas identificam como impregnados de formas genuínas de ser e de estar próprias de um ambiente físico e social muito particular. Tal obriga a uma caracterização muito específica de cada destino identificando, para cada um, o nicho de mercado que lhe está associado (e.g. Bruner 1994; Wang 1999).

Por outro lado, há autores interessados na investigação das restrições e especificidades da procura dirigida ao meio rural subdividem-se entre limitações financeiras e de tempo. São estas, as principais causas demovedoras da expansão do turismo em geral mas, também são elas as principais causas da preferência dada às viagens mais curtas para as zonas rurais mais próximas dos turistas domésticos (Tsiotsou e Vasioti, 2006).

Para o completo desenvolvimento do potencial do turismo rural como um dos motores da atividade económica é importante envolver os habitantes locais no processo de acolhimento aos turistas e na produção agrícola tradicionais. Sem esta simbiose a própria ruralidade, motor de atração do turismo, corre o risco de se perder e, assim, por em causa a sustentabilidade desta área de negócio. Tchetchik *et al.*, (2008), chamam à atenção para esta situação constatando que nas zonas rurais israelitas 35% dos habitantes das aldeias estão envolvidos na prestação de serviços ao turismo tendo este número tendência a crescer e a possibilidade do número de unidades de acolhimento em cada aldeia poder exceder o socialmente ótimo. Tal levará, à necessidade da existência de regulação e controlo na implantação e atuação das atividades ligadas ao turismo rural.

Sendo a interação e envolvimento de todos os agentes económicos da região importante para o sucesso dos empreendimentos associados ao turismo rural, não basta apresentar produtos aparentemente motivacionais aos turistas. É necessário também que as expectativas de quem procura estes destinos sejam preenchidas ou mesmo superadas. De facto, o sucesso de um destino turístico está associado a uma análise minuciosa das motivações, desejos e expectativas do consumidor e da sua satisfação promovendo a sua lealdade futura (Yoon e Uysal, 2005). A satisfação com a experiência usufruída contribui para a fidelização ao destino, sendo que o grau de fidelização a um destino pode avaliar-se pela “intenção de voltar” e pela “recomendação” que o turista faz do local a outros (Oppermann, 2000).

Numa outra perspetiva, Oppermann (1996) refere que quando se compara os consumos dos turistas rurais e dos turistas urbanos, estes últimos tendem a gastar mais dinheiro. Segundo o autor, este facto é atribuído à falta de oferta complementar das zonas rurais, às baixas oportunidades de lazer e falta de conforto oferecido ao turista rural. Na mesma linha de pensamento, Davies e Gilbert, (1992) argumentam que o aumento do volume

de visitantes e o incentivo a uma maior despesa em produtos locais são fatores chave para que o turismo numa região seja bem-sucedido e economicamente sustentável.

A modelização e previsão da procura turística rural, não sendo embora o único problema a resolver por gestores e autoridades responsáveis na dinamização do turístico local, regional ou nacional, torna-se fundamental para o planeamento de uma oferta turística adequada. Assim, recorre-se cada vez mais aos diferentes métodos e instrumentos de modelização e previsão para permitir melhorar o rigor com que se antecipa a procura turística rural (Preez & Witt, 2003).

O que o turista rural procura é, geralmente, uma experiência diferente sendo, muitas vezes, o carácter “intocado” do local a principal atração intrinsecamente ligado aos elementos rústicos e tradicionais que criam a identidade rural na mente dos turistas (Knowd, 2001). Este autor defende ainda que o turismo responde à procura crescente de experiências em espaços rurais impulsionadas por forças que se combinam: refúgio para libertação de tensões da vida urbana; aumento da consciência ambiental; interesse na relação dos seres humanos com o meio ambiente; procura de turismo ecologicamente sustentável; maior acessibilidade nas zonas rurais; procura de atividades de lazer na natureza. Assim, as zonas rurais são entendidas como mais saudáveis oferecendo ar mais puro, água mais limpa, recreação ao ar livre, oportunidade de degustação de alimentos “autênticos” e, um desejo cada vez maior de experiências “genuínas” de interação com a ancestralidade das populações autóctones.

Ao contrário da visão muito alargada de Knowd (2001), Swarbrooke (1996) afirma que existem basicamente dois tipos de turismo rural: o turismo de cultura enquanto vivência de um estilo de vida e o turismo de ambiente físico enquanto oportunidade para atividades físicas ao ar livre. Pakurar e Olah (2008) referem ainda que o turismo rural, de acordo com as circunstâncias onde se insere, é um tipo de turismo que combina elementos geofísicos localmente disponíveis com os costumes locais e atividades específicas da região como andar a cavalo, escalar montanhas, apanhar fruta dar de comer ao gado e outras.

Knowd (2001) acrescentou ainda, relativamente ao potencial de encantamento que existe nas zonas rurais, que as comunidades locais necessitam de oferecer um conjunto completo de atrações turísticas em torno das quais haja participação ativa dos turistas .

Estas atrações devem ser organizadas de acordo com a localização, acessos, restrições sazonais (tipo de clima específico na execução de certas tarefas agrícolas), tipo de acomodação oferecida, características geofísicas locais (represas, rios, fauna e flora), atividades disponíveis (trabalho agrícola, caça, pesca e artesanato), oportunidades de lazer (jogos tradicionais, atividades recreativas, caminhadas, montarias), locais e eventos de interesse na área (procissões, museus, feiras) e a qualidade do ambiente em geral. Complementarmente é importante a harmonia entre o que é visto e o que é sentido pelo turista. O exterior dos espaços reservados à acomodação deve ser preservado para conservar as características centrais de um lugar rural e o interior deve oferecer toda a comodidade e conforto exigíveis pelos padrões modernos sem agudizar o contraste entre os dois ambientes (Knowd, 2001). Como tal, o grau de atração turística de uma região ou seja, o seu “*nível de atratividade*” deve ser identificado como fator determinante do consumo de turismo rural (Crouch, 2006).

Para além da ruralidade de uma região existem outras variáveis explicativas que fazem parte das equações de comportamento da procura turística: o preço do bem em análise, o preço de outros bens complementares ou substitutos e o rendimento dos consumidores (De Mello et al 2002, Wang 2004, Narayan 2004, Muñoz 2005, De Mello e Fortuna 2005). Vários são também os autores (e.g. Untaru e Seitan, 2010; Tyrrell e Johnston, 2009; Murova e Hanagriff, 2011) que têm vindo a contribuir para o incremento das aplicações empíricas de diferentes metodologias ao estudo das diversas facetas do turismo dirigido aos espaços rurais. Da modelização à previsão, existem uma miríade de diferentes abordagens para tentar solucionar os diferentes problemas associados a esta temática.

Portanto, constatando a importância da precisão com que se mede a procura dirigida aos espaços rurais e da fiabilidade com que se prevê a sua dimensão futura, muitos são os autores que dedicam a sua investigação a esta área. Entre muitos outros, podemos referir, Fernandes (2005) que constrói um modelo empírico para a procura turística no norte de Portugal e Muñoz (2005), que estuda a procura dos turistas alemães em 17 destinos espanhóis concluindo que o turismo dos alemães em Espanha é um bem de luxo, dependente da evolução dos preços relativos e do custo da viagem.



### 3. Metodologia

De modo a contribuir para a informação disponível na literatura corrente sobre a procura dirigida aos espaços rurais, esta investigação propõe uma forma inovadora para a construção de um índice de atração turística medindo o “*nível de atratividade*” que uma localidade ou região exerce sobre potenciais turistas. Este índice poderá ser posteriormente integrado na análise da procura de qualquer região/localidade assumindo a forma de uma das variáveis explicativas incluídas na curva de procura turística especificada para tais destinos.

Dado que se entende que a procura doméstica e a procura internacional dirigidas às zonas rurais e urbanas podem ter diferentes motivações e diferentes respostas a variações das suas determinantes, haverá que estimar separadamente estas procuras. O pressuposto que aqui se faz quanto às diferenças existentes nas motivações de consumidores nacionais e estrangeiros quanto à procura do produto “turismo rural no norte de Portugal” parece autojustificar-se, na medida em que a curiosidade, proximidade e identificação dos consumidores nacionais com este produto específico serão necessariamente diferentes das que se podem atribuir à generalidade dos consumidores estrangeiros. Quanto mais não seja, a barreira linguística, que é usualmente mais sentida neste tipo de turismo (é mais difícil encontrar pessoas a dominar idiomas nos ambientes rurais), não se concebe no caso dos turistas nacionais<sup>3</sup>. Assim, terão que ser definidas duas equações empíricas: uma que contemple a procura dos turistas de origem internacional dirigida aos diferentes destinos; outra que defina a procura dos turistas nacionais (turismo doméstico) dirigida aos mesmos destinos.

O modelo que testará o IAT fundamenta-se em observações transversais das médias de variáveis recolhidas no período 2000-2010 (consoante os dados disponíveis pelo INE<sup>4</sup>) incluídas em equações relativas à procura dos turistas de origem nacional com destino ao conjunto dos 44 concelhos dos distritos do Porto, Vila Real e Bragança e ao

---

<sup>3</sup> Se, após as estimações das equações, a evidência empírica mostrar que não há diferenças significativas nos coeficientes das duas equações então, teremos que concluir que as procuras destes dois grupos têm comportamentos semelhantes.

<sup>4</sup> Para a maioria das variáveis o período de análise estendeu-se a anos entre 2004 e 2009. Para outras o período de análise foi diferente mas nunca aquém de 2000 ou além de 2010.

subconjunto dos conselhos mais rurais desta região e a equações relativas à procura dos turistas de origem internacional dirigidas aos mesmos conjuntos de concelhos.

$$\text{Procura Doméstica} \begin{cases} {}^D_R T_i = \beta_1 + \beta_2 PR_i + \beta_3 PU_i + \beta_4 R^D + \beta_5 IAT_i + v_i ; i = 1, \dots, I \\ {}^D_T T_j = \beta_1 + \beta_2 PR_j + \beta_3 PU_j + \beta_4 R^D + \beta_5 IAT_j + u_j ; j = 1, \dots, J \end{cases} \quad (3.1)$$

$$\text{Procura Internacional} \begin{cases} {}^I_R T_i = \beta_1 + \beta_2 PR_i + \beta_3 PU_j + \beta_4 R^I + \beta_5 IAT_i + v_i ; i = 1, \dots, I \\ {}^I_T T_j = \beta_1 + \beta_2 PR_j + \beta_3 PU_j + \beta_4 R^I + \beta_5 IAT_j + u_j ; j = 1, \dots, J \end{cases} \quad (3.2)$$

Onde,

${}^D_R T_i$  – Procura doméstica no município i qualificado como rural;

${}^D_T T_j$  – Procura doméstica no município j independentemente de ser ou não considerado rural;

${}^I_R T_i$  – Procura internacional no município i qualificado como rural;

${}^I_T T_j$  – Procura internacional no município j independentemente de ser ou não considerado rural;

$PR_{i(j)}$  – Preço médio do Turismo nos municípios rurais

$PT_{i(j)}$  – Preço médio do Turismo nos município não rurais

$R^D$  - Rendimento real per capita dos turistas nacionais

$R^I$  - Rendimento real per capita dos turistas internacionais;

$IAT_{i(j)}$  - Índice de Atratividade turística i (j)

Não foi possível encontrar variáveis que medissem com rigor preços médios do turismo nos diferentes município, ou mesmo, numa lógica menos ambiciosa, índices de preços ao consumo nesses municípios. O melhor que se encontrou foram os ganhos (salários) médios do trabalho por município entre 2000 e 2010. Tal permitiu construir uma proxy para a inflação desses municípios baseada na taxa de crescimento média dos ganhos do

trabalho entre 2006 e 2010 (preferimos usar os anos mais recentes). Infelizmente, esta proxy revelou-se estatisticamente não significativa quando testada nas equações descritas.

Quanto às variáveis rendimento do consumidor que sempre devem integrar curvas da procura ‘tradicionais’, também neste caso terão de ser descartadas uma vez que o quer o rendimento per capita dos turistas nacionais, quer o rendimento per capita dos turistas internacionais não sofrem variação qualquer que seja o município a que dirijam a sua procura. Como tal, esta variável nada explicará das variações da procura turística dirigida a estes destinos independentemente do grau da sua ruralidade.

Feita esta ressalva, as curvas da procura que testaremos serão:

Procura Doméstica dirigida aos concelhos rurais:

$$^D_R T_i = \beta_1 + \beta_5 IAT_i + \sum_{j=1}^p \beta_j D_j + v_i ; i = 1, \dots, I; j = 1, \dots, p \quad (3.3)$$

Procura Internacional dirigida aos concelhos rurais:

$$^I_R T_i = \beta_1 + \beta_5 IAT_i + \sum_{j=1}^p \beta_j D_j + v_i ; i = 1, \dots, I; j = 1, \dots, p \quad (3.4)$$

Para se poder estudar estas procuras é necessário modelizá-las incorporando como variáveis explicativas, além das ‘tradicionais’ (preço próprio, preço de outro(s) bem(ns), rendimento dos consumidores), os fatores que determinam a escolha dos turistas entre o meio rural e o meio urbano o que dado o quadro de múltiplas expectativas idílicas associadas ao consumo deste tipo de bem, parece ser tarefa impossível. Mas não é, porque essas expectativas ancoram num pequeno conjunto de particularidades que se podem associar às preferências destes consumidores. São essas particularidades que permitem construir o *Índice de atratividade turística (IAT)* que funcionará como uma das determinantes da procura de turismo rural. Com efeito, para caracterizar a preferência dos turistas que privilegiam o ruralismo há que ter em conta, não a infindável lista do que os turistas querem consumir nessas zonas rurais, mas sim o que é incompatível com esses consumos: uma forte densidade populacional, urbanização elevada, grande número de automóveis, serão entre outros, indicadores de

um baixa “*ruralidade*” que determinara o nível de atratividade turística para quem procura os meios rurais.

O estudo vai ter por base uma amostra transversal da procura turística dirigida aos 44 concelhos dos distritos que confinam com a margem norte do rio Douro: Porto, Vila Real e Bragança, observada ao longo de 7 anos (2004 – 2010). Os 44 conselhos são os seguintes: Bragança - Alfandega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada a Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso, Vinhais. (12). Vila Real - Alijó, Boticas, Chaves, Mesão Frio, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Peso da Régua, Ribeira da Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real. (14). Porto - Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Marco de Canaveses, Matosinhos, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia. (18).

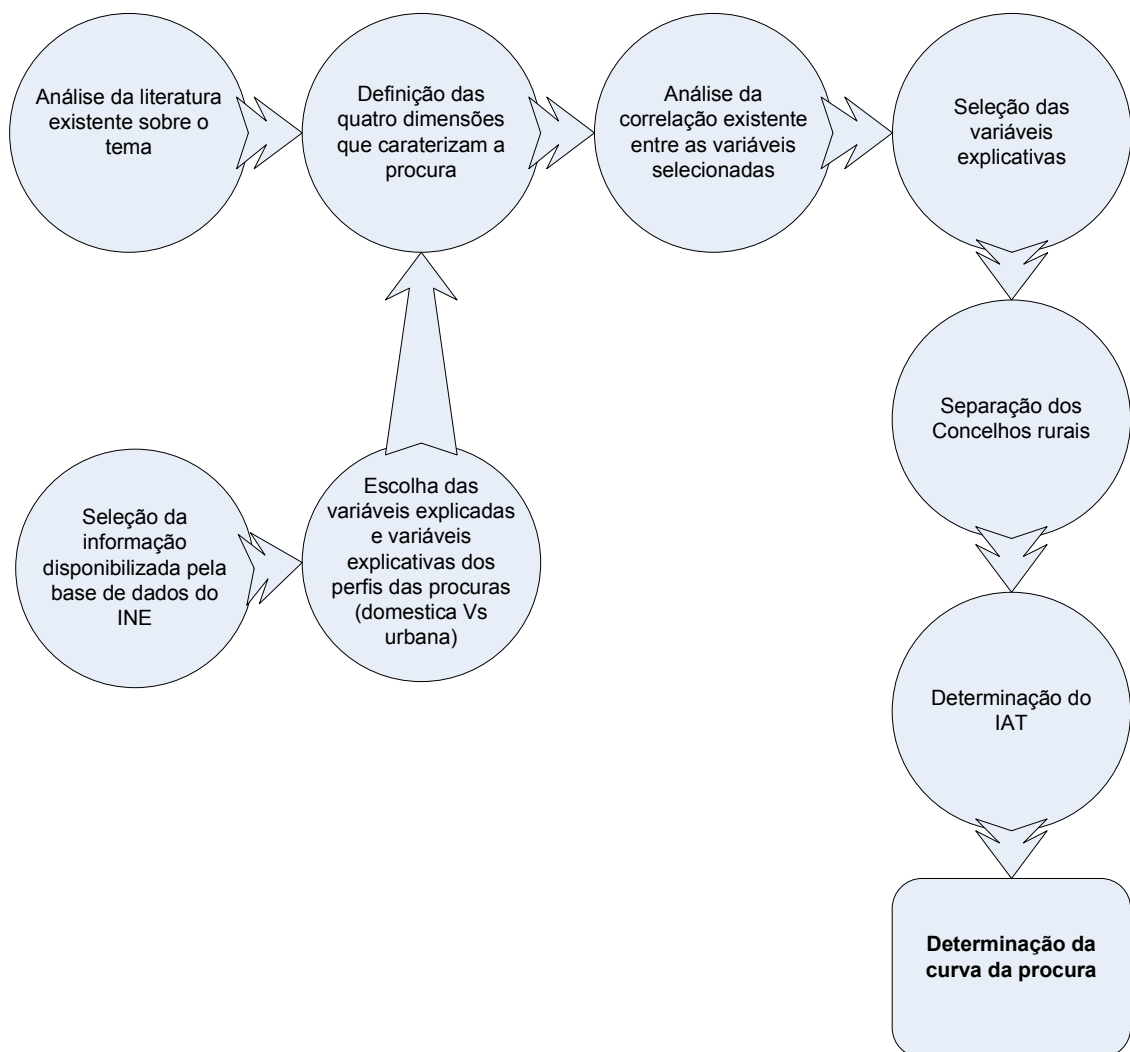
Para estimar os coeficientes associados as variáveis explicativas tivemos que proceder a uma triagem prévia das variáveis que possam constituir o índice de atratividade turística. Entre variáveis qualitativas e quantitativas identificamos mais de 60 variáveis com potencial explicativo suficiente para serem integradas no índice acima referido.

Com apenas 44 observações seria impossível testar simultaneamente as mais de 60 variáveis. Assim, o processo de triagem contemplou os seguintes passos:

1. Numa primeira fase identificaram-se as variáveis representativas da procura nacional e estrangeira dirigida aos 44 concelhos;
2. De seguida, confrontamos as variáveis dependentes com as potenciais variáveis explicativas com matrizes de correlações, eliminando as variáveis com correlações muito fracas em relação as variáveis explicadas e muito fortes em relação a outras variáveis explicativas;
3. Por meio de uma série de critérios adiante identificados, seleccionamos de entre 44 totais 33 concelhos que se podem caracterizar como rurais por oposição aos concelhos mais urbanizados;

4. Com as variáveis mais relevantes identificadas para o grupo de 33 concelhos rurais e para o grupo dos 44 totais, construímos um índice de atratividade turística;
5. Finalmente foram estimadas as curvas de procura doméstica e internacionais dirigidas aos concelhos identificados como rurais;

De forma, a fazer a triagem da informação acima referida e tendo como base informação estatística e as ofertas de bens e serviços dos concelhos em estudo implementamos a metodologia apresentada nos esquemas abaixo descritos.



**Figura Nº 1:** Metodologia de trabalho a ser implementada

## **4. O Índice de Atração Turística: relevância, descrição e construção**

O produto turístico é composto por diversos elementos, tais como, atrações, serviços e infraestruturas. Estes elementos compõem o total de recursos naturais e características artificiais que possam existir numa determinada região. Porque eles diferem na sua natureza, os pesquisadores têm encontrado dificuldades para desenvolver uma medida que é capaz de analisar, avaliar e comparar uma multiplicidade de recursos diversos, tais como parques temáticos, históricos e monumentos.

Segundo Smith (1987), a natureza do destino em estudo e a sua atratividade pode ser oferta ou procura orientada e/ou a oferta e procura base. Existem estudos, cujo objetivo é investigar os recursos existentes (museus, parques temáticos, lagos, resorts e outros) para medir a capacidade de atração da área. Este autor, ao analisar os recursos turísticos numa perspetiva regional utilizou as variáveis do turismo regional, casas, marinas, parques de campismo, campos de golfe, equitação e locais históricos. Para ele, a atração mede-se com base em indicadores de natureza quantitativa, sendo a atratividade das áreas determinada por um inventário preciso dos recursos turísticos existentes.

Atrações turísticas e os recursos podem ser expressas quantitativamente utilizando diferentes medidas, tais como metros quadrados (área florestal), graus (temperatura), quilómetros (estradas), e números (Hotéis). A existência de recursos para oferta numa região é um elemento necessário para definir a atratividade do turismo, mas com eles apenas não é possível prever a magnitude da atração de uma determinada região. Se assim fosse, o mero aumento do número de museus ou de camas induziria o aumento proporcional da procura dessa região. A força de uma região como destino turístico depende não só da quantidade de recursos existentes, mas também da forma como esses recursos são valorizados e percebidos pelos turistas.

O poder de atração da oferta turística não depende só do seu valor real monetário, mas também da percepção favorável/desfavorável do turista em relação a uma determinada região. A base teórica da pesquisa empírica da atratividade turística é multidisciplinar. Os estudiosos que consideram o turismo como uma indústria de paisagem possuem uma perspetiva geográfica (Young, 1999; Walmsley e Jenkins, 1992). Neste caso, o índice

de atração turística pretende medir e comparar a capacidade que um dado município tem em atrair despesa turística em comparação com outros, dadas as características geográficas da região. Parece-nos uma visão um tanto redutora.

A análise que aqui se produz sobre a procura turística dirigida ao espaço rural terá que focar-se, necessariamente, nas determinantes ligadas aos processos de escolha que levam os turistas a optar por passar as suas férias no campo, na cidade, na praia, ou num outro qualquer lugar, isto é, nas principais razões que levam os turistas a decidir por um destino em concreto.

Não nos vamos debruçar nas escolhas entre continentes, países ou mesmo regiões. O que vai prender a nossa atenção neste capítulo é o que leva o turista a decidir entre uma ou outra localidade, entre uma ou outra aldeia, entre uma ou outra cidade num raio de distância relativamente pequeno, envolvendo dezenas, mas não centenas de quilómetros. Serão escolhas que se estabelecem entre localidades vizinhas: entre a cidade no vale e aldeia no cume da mesma montanha, entre um *resort* na foz de um rio e um self-catering na sua barragem mais chegada, entre uma casa isolada na floresta e uma suite no hotel de praia mais próximo.

Esta proximidade é essencial, pois simplifica grandemente o processo de escolha, já que o que estará em causa não serão diferenças fundamentais de cultura, língua ou distância da origem, mas sim questões de pormenor que podem fazer a diferença na atração de uma procura turística já grandemente homogeneizada. Aqui assume-se que a diferenciação entre destinos finais é feita com base no conhecimento que os turistas possam ter das características geográficas, da oferta cultural e da qualidade do alojamento associadas a cada local numa base simplificada e dicotómica, tipo: citadino/ rural; marítimo/ fluvial; montanha/ planície; noturno/ diurno.

As dificuldades associadas a um estudo desta natureza aumentam quando se tratar de áreas municipais, uma vez que a informação estatística confiável é geralmente disponíveis a nível regional e nacional, mas não a nível sub-regional. Considerar unidades sub-regionais, implica comparar os apelos de diferentes municípios numa sub-região de Portugal, as diferenças no ambiente económico e social, as características da paisagem, os serviços turísticos disponíveis e outras especificidades locais, contribuem para a complexidade da análise.

Dito isto, é nosso propósito fazer o melhor que se pode com o pouco que se tem, proporcionando um meio confiável para identificar as características que atraem visitantes.

O potencial de crescimento do Norte de Portugal em termos de turismo é amplamente reconhecido, mas os benefícios obtidos com esta indústria não espelham uniformemente esta situação em todos os municípios da região. Na Tabela 1 mostram as taxas médias de crescimento de dormidas em alguns dos municípios em análise. A partir das informações apresentadas na Tabela 1, concluímos que, para o período 2003-2007, há municípios que crescem muito acima da média do país (3,2%), enquanto outros cresceram abaixo dessa média.

**Tabela 1:** Crescimento médio de dormidas de 2003-2007 por município

Municípios	Crescimento médio de dormidas de 2003-2007 (%)
Porto	8.8
Vila Nova Gaia	11.3
Matosinhos	11.5
Vila do Conde	1.0
Póvoa do Varzim	-1.4
Paredes	7.0
Penafiel	30.2
Chaves	-2.2
Vila Real	-3.2
Bragança	15.1
Mirandela	10.7

Fonte: Dados recolhidos na base de dados do INE

O desafio apresentado ao determinar o índice de atração turística é procurar explicações consistentes que possam justificar as disparidades observadas na Tabela 1. Por exemplo, qual a razão de municípios vizinhos, como Paredes e Penafiel mostrarem essas diferentes taxas de crescimento? Qual o motivo de Vila Real e Chaves estarem a perder turistas, enquanto Bragança e Mirandela estão a atrair mais? Estas são algumas das perguntas que se respondidas completamente, vai ajudar pequenas cidades, vilas e



aldeias em áreas rurais isoladas a ter sucesso e atrair e manter empresas de turismo no seu território.

Este estudo, inicialmente, tem como objetivo construir um índice atração turística (IAT) original e confiável que leva em consideração os pontos fortes e fracos de cada município, identificando as razões da sua capacidade individual para ter sucesso ou falhar em atrair e manter despesas de turismo.

## **4.1 Análise descritiva da área de aplicação do índice**

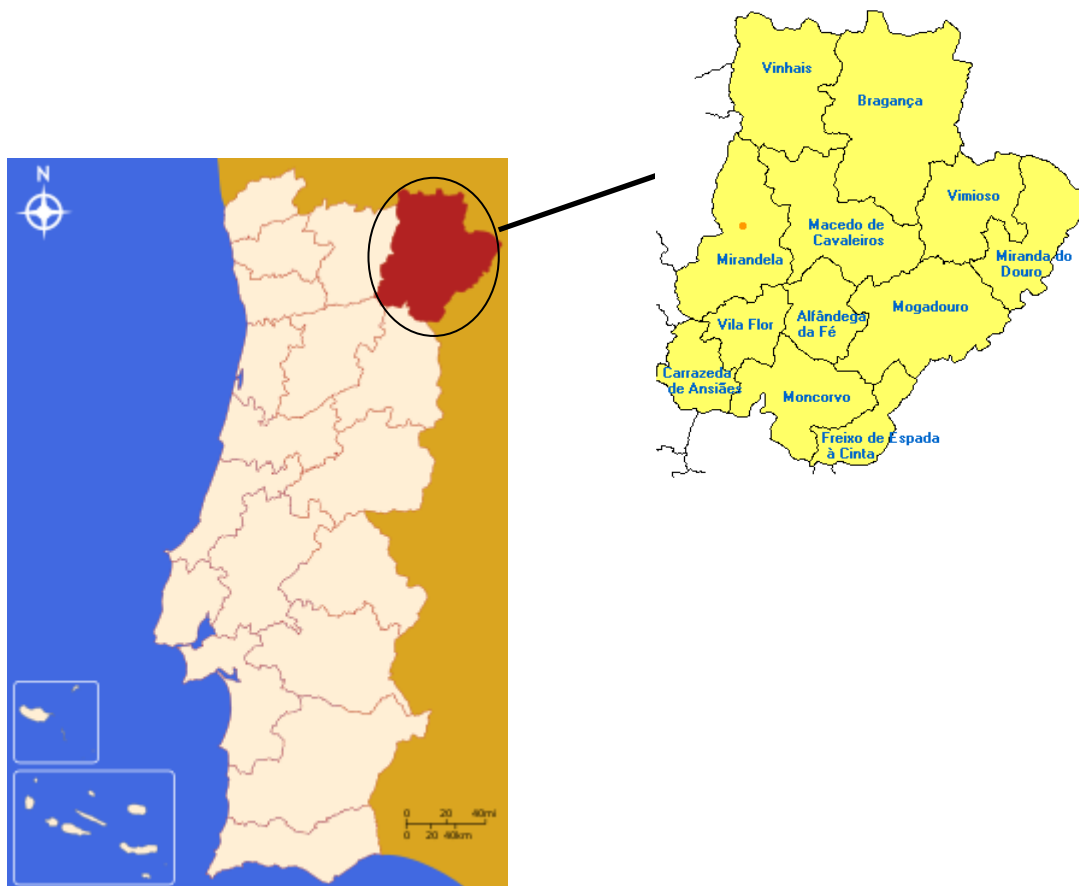
### **4.1.1. Enquadramento geográfico e demográfico da área turística de interesse**

Este estudo, como já referido, concerne os distritos de Bragança, Vila Real e Porto que, embora geograficamente próximos têm características de atração e de oferta turística substancialmente diferentes.

O Distrito de Bragança localiza-se a nordeste de Portugal na região de Trás-dos-Montes e Alto Douro. A norte e a leste faz limite com Espanha (províncias de Ourense, Zamora e Salamanca), a sul com o distrito da Guarda e com o distrito de Viseu e a oeste com o distrito de Vila Real. A sua área é de 6 608 km<sup>2</sup>, sendo habitado por uma população de 139 344 Habitantes<sup>5</sup>. É composto por duas regiões distintas: uma, de maior altitude, localizada mais a norte, designada Terra Fria Transmontana. Outra, a sul, designada Terra Quente Transmontana, cujo clima é mais suave porque é abraçada pelo Rio Douro e seus afluentes.

---

<sup>5</sup> Dados retirados da base de dados do INE



**Figura Nº2:** Identificação do concelho de Bragança

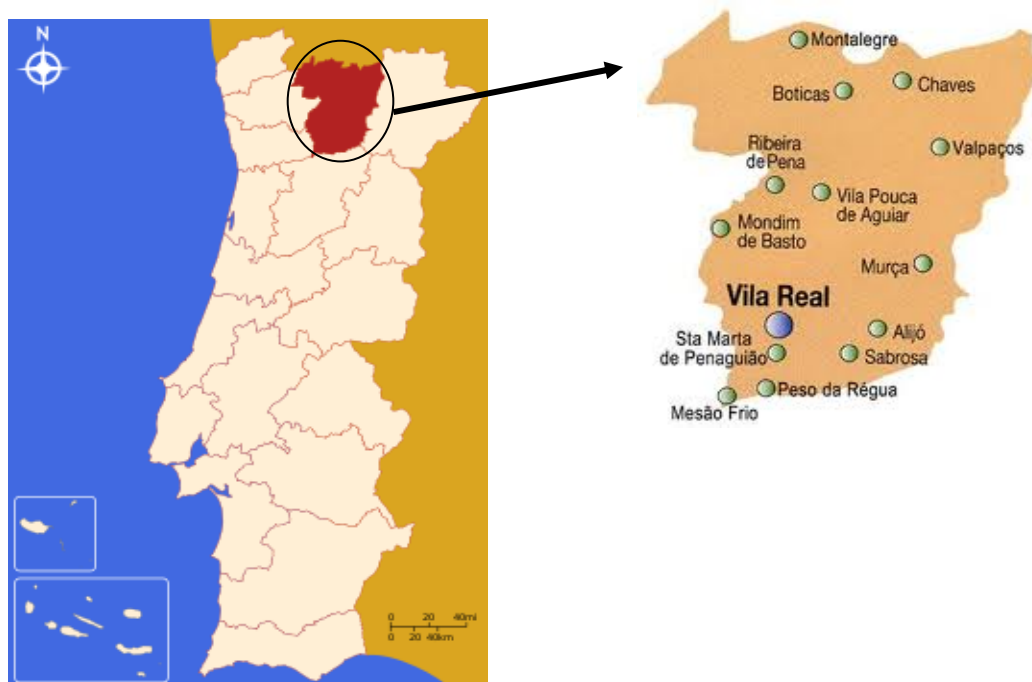
Do distrito de Bragança fazem parte os 12 concelhos: Alfândega da Fé (Vila), Bragança (Cidade), Macedo de Cavaleiros (Cidade), Miranda do Douro (Cidade), Mirandela (Cidade), Mogadouro (Vila), Vimioso (Vila), Vinhais e os concelhos da região do Douro: Carrazeda de Ansiães (Vila), Freixo de Espada à Cinta (Vila), Torre de Moncorvo (Vila) e Vila Flor (Vila).

Além do Douro, os principais rios do distrito são o Tua, que nasce em Mirandela da junção dos rios Tuela e Rabaçal e banha a zona ocidental do distrito, e o Sabor, que nasce em Espanha, e corre a zona oriental do distrito. Ambos têm uma rede de afluentes significativa (o Tuela recebe o Baceiro, o Rabaçal o Mente, o Sabor e o Azibo).

É um distrito montanhoso, a serra da Nogueira que separa os vales do Tuela e do Sabor (1 320 metros), a sul, a serra de Bornes (1 199 metros) nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Alfândega da Fé separa o rio Tua do Sabor, a serra do Mogadouro a leste (997 metros) separa o Sabor do Douro, e a norte de Vinhais, junto à fronteira espanhola, erguem-se as serras da Coroa que sobe até aos 1 274 metros, e a de Montesinho que se prolonga por território espanhol ultrapassando os 1 400 metros.

Importa também referir neste distrito a localização das barragens visto poderem ser pontos de atração de turismo. Todas elas se situam no Douro e, de jusante para montante, nomeiam-se por Barragens da Valeira, Pocinho, Saucelle (já no Douro Internacional), Aldeadávila, Bemposta, Picote e Miranda. Nos afluentes do Douro, existem as barragens do Azibo, Nuzedo de Baixo e de Rebordelo, estas duas últimas bem próximas uma da outra, no extremo sul do concelho de Vinhais.

O distrito de Vila Real localiza-se na província de Trás-os-Montes e Alto Douro, tem como limite norte a Espanha, a leste o Distrito de Bragança, a sul o Distrito de Viseu e a oeste o Distritos do Porto e Braga. A sua área é 4 328 km<sup>2</sup> o número de residente é de 213 775 habitantes<sup>6</sup> e divide-se em três sub-regiões do Douro, do alto de Trás-os-Montes e do Tâmega.



**Figura N°3:** Identificação do concelho de Vila Real

O distrito de Vila Real inclui catorze municípios: Alijó (Vila), Boticas (Vila), Chaves (Cidade), Mesão Frio (Vila), Mondim de Basto (Vila), Montalegre (Vila), Murça (Vila),

<sup>6</sup> Dados retirados do INE

Peso da Régua (Cidade), Ribeira de Pena (Vila), Sabrosa (Vila), Santa Marta de Penaguião (Vila), Valpaços (Cidade), Vila Pouca de Aguiar (Vila) e Vila Real (Cidade).

O distrito é muito montanhoso, atingindo a maior altitude na Serra do Larouco, (1525 m) mas incluindo também as serras de Coroa, Alturas, Padrela Marão e Alvão, bem como o planalto do Barroso a mais de 1 200 m de altitude.

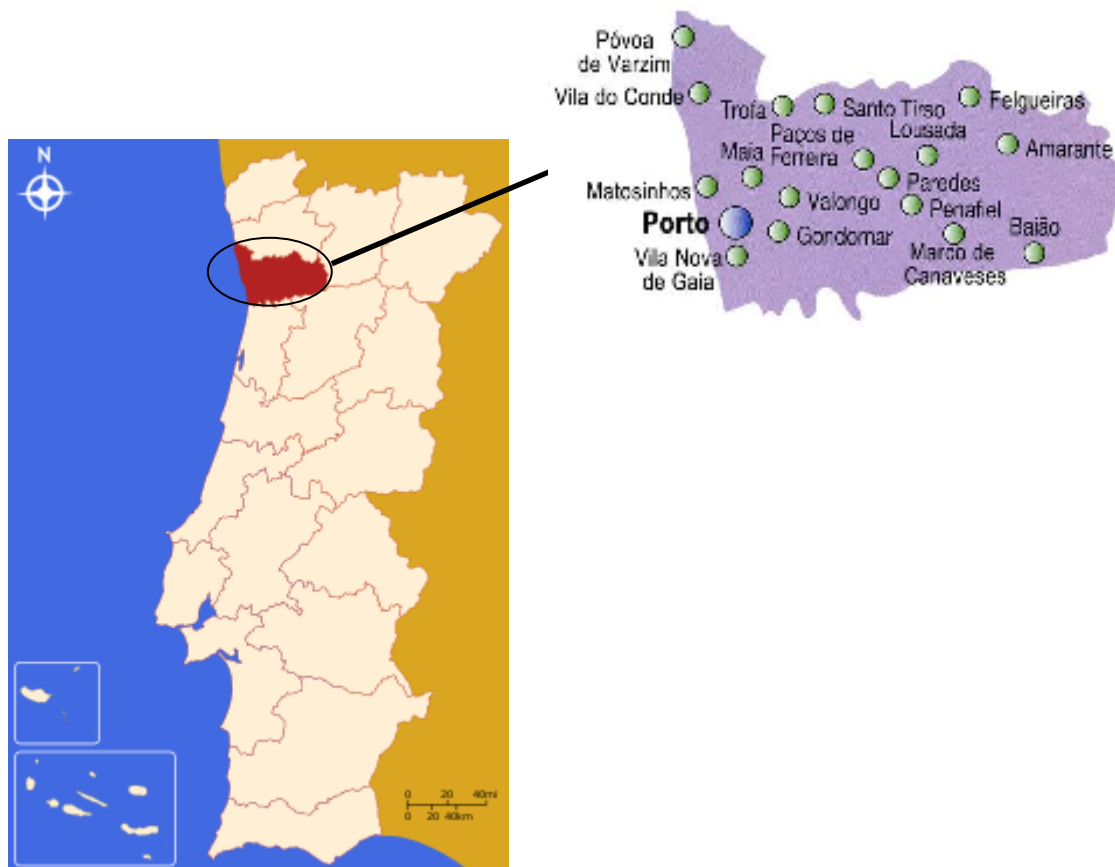
O Parque Natural do Douro Internacional, criado em 1998, é o mais recente parque natural português e situa-se ao longo do rio Douro. São 86 mil hectares que se estendem por 4 concelhos, três dos quais no distrito de Bragança (Miranda do Douro, Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta). Um dos pontos mais interessante são as arribas do Douro, que separam geograficamente Espanha de Portugal. Localizam-se num vale encaixado de relevo acidentado com enormes precipícios escarpados que, pelas suas características, propõem vários percursos pedestres recortados por muros de xisto e granito. Paralelamente ao vigor natural, o Parque Natural do Douro internacional apresenta também um potencial cultural muito grande, sobressaindo as várias tradições, o folclore e o artesanato. Também a realidade ecológica, as condições climáticas e a ocupação humana do referido parque são ideais para a preservação das mais diversas espécies. Destaque para alguma espécies com elevado estatuto de conservação, como o lobo, o gato-bravo, a gineta e o javali. Tudo isto confere a esta região características muito próprias, que justificam a inclusão na Rede Natura 2000<sup>7</sup> e a classificação de Área Protegida.

O distrito do Porto corresponde ao núcleo da província do Douro Litoral. Limita a norte com o Distrito de Braga, a leste com o Distrito de Vila Real, a sul com o Distrito de Viseu e com o Distrito de Aveiro e a oeste com o Oceano Atlântico. Tem uma área de 2 395 km<sup>2</sup> (17.º maior distrito português) e uma população residente 1 827 191 habitantes<sup>8</sup>, sendo uma das maiores áreas metropolitanas da Europa, e a maior de Portugal.

---

<sup>7</sup> A rede Natura 2000 é uma rede ecológica coerente, cujo objetivo é a conservação da diversidade biológica e ecológica dos estados membros da Comunidade Europeia (...)” (rede natura2000.azores.gov.pt).

<sup>8</sup> Dados retirados da base de dados do INE



**Figura Nº4:** Identificação do concelho do Porto

O distrito é constituído pela região do Grande Porto: Gondomar (Cidade), Maia (Cidade), Matosinhos (Cidade), Porto (Cidade), Póvoa de Varzim (Cidade), Valongo (Cidade), Vila do Conde (Cidade), Vila Nova de Gaia (Cidade), Santo Tirso (Cidade) e Trofa (Cidade) e a região do Tâmega: Amarante (Cidade), Baião(Vila), Felgueiras (Cidade), Lousada (Cidade), Marco de Canaveses (Cidade), Paços de Ferreira (Cidade), Paredes (Cidade) e Penafiel (Cidade).

É uma zona populacional muito densa, geograficamente situada numa região privilegiada e sem atingir altitudes significativas, apesar de alguns acidentes orográficos resultantes das ramificações das serras do Marão e da Cabreira e dos montes de Santa Eugénia, Agrela e Valongo.

Pela sua localização geográfica e pela sua dimensão, o distrito do Porto é uma das regiões administrativas mais prósperas do país. Os seus habitantes dedicam-se na sua maioria à atividade comercial e industrial.

Contudo, também a atividade agrícola, normalmente praticada em regime de minifúndio, tem algum peso na economia do distrito.

O Porto foi sempre, tradicionalmente, um distrito comercial. O principal produto objeto das suas trocas comerciais foi, e continua a ser, o chamado Vinho do Porto, produzido nas vinhas das encostas do Alto Douro e exportado através das numerosas caves que se situam na margem esquerda do Rio Douro, em Vila Nova de Gaia.

#### **4.1.2. Enquadramento económico e social da área turística de interesse**

Apesar dos esforços e investimentos realizados nos últimos anos, o território transmontano continua a apresentar um baixo nível de desenvolvimento social e económico, explicado pelo encravamento geográfico, as fracas acessibilidades, o acentuado declínio demográfico, o envelhecimento populacional, o desemprego e uma economia muito dependente de atividades tradicionais. Em Trás – os – Montes os números do desemprego são claramente superiores à média Nacional. O emprego está excessivamente dependente do estado e da agricultura que ocupa grande parte da população ativa desta região. O problema é que o sector terciário se encontra centralizado nas sedes de concelho e se reparte apenas pelos serviços, administração pública, educação e saúde. Devido a este fenómeno muitas localidades têm uma densidade populacional inferior a metade da média nacional. Por outro lado grande parte das explorações agrícolas é de reduzida dimensão e visa essencialmente o autoconsumo e /ou abastecimento do mercado local.

Em Trás – os – Montes existem cidades pequenas ou de média dimensão: Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Valpaços e Vila Real referir o nº de habitantes por comparação com as grandes cidades.

Contudo, nas últimas décadas, Vila Real tem assistido a um crescente desenvolvimento nos setores secundário e terciário, com maior relevo para a saúde, ensino e o turismo. A criação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto douro em 1986 reforçou o dinamismo da região que se traduz hoje em maior população, maior emprego e maior rendimento per capita. No distrito de Vila Real é de destacar a cidade de Chaves, que tem conhecido nos últimos anos um aumento significativo da população urbana, fruto sobretudo da expansão do setor terciário. Do mesmo modo, o concelho de Bragança é dotado de uma população considerável na hierarquia dos centros urbanos, e a criação do

Instituto Politécnico de Bragança, em 1986, tem contribuído grandemente para esse facto com a atração de muita população estudantil.

A região do Grande Porto é aquela cujo desenvolvimento é mais acentuado e onde se encontra a maior densidade populacional e o maior número de empresa desde a indústria, ao comércio e serviços.

#### **4.1.3. Análise Comparativa dos distritos em termos de capacidade de atração turística e relevância do índice de atração turística**

Na cidade do Porto, para além de muitos edifícios religiosos, civis e militares, com elevado interesse arquitetónico, destaca-se, o seu centro histórico, abrangendo a Ponte D. Luís e o Mosteiro da Serra do Pilar classificado pela UNESCO como património Cultural da Humanidade. Debruçada sobre o rio Douro, no coração da zona histórica património da humanidade, a Ribeira do Porto alia a beleza arquitetónica aos espaços de lazer. As freguesias de S. Nicolau, Sé, Miragaia e Vitória compõe o centro histórico, que detém um conjunto de monumentos classificados como Monumento Nacional, como o Palácio da Bolsa, a Igreja de S. Francisco, a Igreja dos Clérigos, a Muralha Fernandina e a Sé do Porto.

A urbe, industrializada, é conhecida pelas suas tradições como é exemplo a celebração do S. João, sendo também aberta à modernidade, inclusive no que toca às infraestruturas de lazer, como Serralves e a Casa da Música.

Não podemos esquecer a estação de S. Bento que é um símbolo da cidade e sobressai pela sua imponente fachada. No interior, os painéis de azulejos da autoria do pintor Jorge Colaço, contam a história da cidade e de algumas das batalhas mais importantes que se travaram pela independência de Portugal

Do outro lado do rio avista-se Vila Nova de Gaia, com a zona ribeirinha a destacar-se enquanto entreposto comercial e zona de lazer. No emaranhado das ruas e vielas da cidade, as caves do vinho do Porto acotovelam-se, pois a partir do século XVIII os comerciantes escolheram esta localidade para albergar os seus armazéns.

São 17 as praias de Vila Nova de Gaia, que se estendem por mais de 15 quilómetros. Para além da paisagem balnear, distingue-se também a típica localidade piscatória da freguesia de São Pedro da Afurada.

Matosinhos, também uma cidade marítima é conhecida pelas praias, pela pesca e também pela indústria conserveira, que em tempos lhe deu fama. Possui ainda uma oferta muito diversificada em termos de restauração.

No concelho de Gondomar a gastronomia ligada ao sável e à lampreia oferece pratos genuínos procurados por gentes de todo o país. A atividade económica está tradicionalmente ligada à indústria de ourivesaria e a criação de peças de filigrana. A criação de filigranas data do século VIII, profundamente ligada à influência que o povo muçulmano deixou na região. O aparecimento desta atividade resulta ainda do facto de, outrora terem sido exploradas minas de ouro em Gondomar. A filigrana é um trabalho exclusivamente manual, sendo as peças conseguidas por meio de um entrelaçamento de delicados e finíssimos fios de ouro e prata.

No distrito do Porto destaca-se a serra da Agrela, que se distribui pelos concelhos de Santo Tirso e Paços de Ferreira e atinge a altitude máxima de 532 metros no alto de S. Jorge. Nos concelhos de Valongo, Gondomar e Paredes, sobrevive o maciço de Valongo, constituído pelas serras de S. Justa, Pias e Castiçal. Estas montanhas de Xisto protegem duas espécies invulgares: a Salamandra Lusitana, em vias de extinção e as plantas carnívoras. Valongo é uma área protegida pela Rede Natura. O Sítio Valongo – assim classificado em Rede Natura 2000 – possui mais de 2 500 hectares que se distribuem pelos concelhos de Gondomar, Paredes e Valongo. Possui um relevo acidentado resultado da existência das serras de Sta Justa e Pias.

A paisagem duriense estende-se também pelos distritos de Bragança e Vila Real. Centenas de anos de trabalho nas terras xistosas do Douro criaram um cenário único de socalcos ao longo das íngremes margens do rio. A UNESCO reconheceu-a como património da humanidade. A paisagem do Douro como região vinícola demarcada instituída há mais de dois séculos (1756) é inconfundível. Nas vertentes do rio e em alguns troços inferiores dos vales afluentes cultivam-se os vinhedos que dão origem ao generoso vinho do Porto e outros vinhos maduros de qualidade. A Régua e Pinhão (distrito de Vila Real) são os principais centros de produção. Entre Setembro e Outubro,



o douro celebra o ritual das vindimas e das lagaradas, momentos de labor e de convívio que atraem inúmeros visitantes à região.

É importante referir que a Estação do Pinhão, classificada como Património mundial da humanidade pela UNESCO, localiza-se no concelho de Alijó. Integrada na linha ferroviária do Douro que vai do Porto ao Pocinho, exhibe uma fachada decorada a azulejos que retratam, entre outras coisas, os trabalhos na vinha e as paisagens durienses.

Uma das formas de conhecer o rio Douro e as suas encostas é viajar num dos cruzeiros, luxuosas embarcações que partem do cais de Gaia e transportam os turistas numa viagem extraordinária pelo Património Mundial da Humanidade.

Em Portugal a tradição do termalismo remonta aos Romanos, que com o objetivo de aproveitar as propriedades terapêuticas da água, construíram termas em diferentes localidades do país. O Norte herdou várias estâncias termais. Assim, em Trás – os – Montes, mais precisamente no distrito de Vila Real destacam-se as termas de Chaves, Pedras salgadas, Vidago e caldas Santas de Carvalhelhos.

As caldas de Chaves localizam-se no centro da cidade, junto à margem do rio Tâmega. As suas águas são consideradas as mais quentes da Península Ibérica e são utilizadas desde 1899, estão indicadas para o tratamento de doenças reumáticas.

Em Pedras Salgadas, no ano de 1879 foi ali construído um balneário termal. No século XIX estas termas eram visitadas pelas mais ilustres personalidades da época, como reis que passaram férias no grande Hotel do Parque das Termas.

A instância termal de Vidago encontra-se inserida no parque de Vidago, em que se destacam vários edifícios do estilo "belle époque" perfeitamente integrados no contexto natural.

A riqueza patrimonial de Trás – os – Montes é mais um motivo para conhecer a região. O Domus – Municipalis da cidade de Bragança é classificado como monumento nacional, e um dos mais enigmáticos monumentos românicos portugueses. O Castelo de Bragança, também monumento nacional, foi erigido no reinado de D. Sancho I. Mas o monumento que se vê hoje deve-se a obras mandadas efetuar por D. João I.

Entre os monumentos nacionais que se erguem em Vila Real salientam-se o Palácio de Mateus e a Sé de Vila Real. Datado do século XVIII, a arquitetura do palácio constitui um dos mais belos exemplares da arquitetura civil barroca em Portugal. A Sé de Vila Real assume-se como o melhor exemplo transmontano da arquitetura gótica.

A região de Trás-os-Montes é famosa pela sua gastronomia e pelos seus genuínos produtos tradicionais.

O azeite transmontano tem um aroma peculiar. Nesta região, o consumo desta gordura remonta à antiguidade, tal como a plantação de oliveiras. O azeite de Mirandela é um dos mais afamados do País.

A alheira, que deve o seu nome ao alho, conta-se que foi inventada pelos judeus, que como forma de escaparem à inquisição, inventaram um enchido que não incluía carne de porco, uma vez que a sua religião os impedia de comer carne de suíno. Assim, os judeus substituíram a carne de porco pela de vitela, coelho, peru ou galinha que envolviam numa massa. Esta receita foi depois adotada pelos cristãos que lhe juntaram carne de porco, dando origem à muito apreciada alheira de Mirandela.

A carne mirandesa é produzida nas pastagens naturais (lameiros) do nordeste transmontano que abrange seis concelhos do distrito de Bragança (Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso, Vinhais, Bragança e Macedo de Cavaleiros). A raça mirandesa é conhecida por possuir características genéticas próprias que associadas a um sistema de alimentação natural, conferem à carne aromas e sabores que a diferenciam de qualquer outra carne de bovino, o que lhe valeu Denominação de Origem Protegida.

A existência do castanheiro em Trás – os - Montes é já muito antiga. Durante muito tempo a castanha foi um dos principais ingredientes da gastronomia transmontana. A castanha de Padrela é uma das variedades mais conhecidas, destaca-se por não ter resíduos de pesticidas e por ser isenta de pragas. A sua produção está circunscrita a algumas freguesias dos concelhos de Chaves, Murça, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

A amendoeira é uma das tradicionais culturas de Portugal. A nível nacional existe uma “Denominação de Origem Protegida” (DOP) para a amêndoa, a “Amêndoa dourada”. A área com Denominação de Origem Amêndoa do Douro circunscreve-se a um total de nove concelhos, destacando-se os concelhos de Torre de Moncorvo e Alfandega da Fé.

## **4.2 Exegética da construção e utilização de índices de atração da procura turística**

Muitos são os estudos que utilizam um qualquer tipo de medida discricionária para sustentar as escolhas que os turistas fazem em relação aos múltiplos destinos disponíveis. Por exemplo, Wang e Wu (2010), num estudo de caso sobre a província chinesa de Hunan, usam um índice de concentração geográfica que se baseia nos modelos de destino preferencial de Yao-Fung (1999) e Yao-Fung e Wang-Bing (2005);

A construção de índices ou indicadores, utilizando um amplo conjunto de variáveis diferentes (nível de desenvolvimento, as preferências dos consumidores, a qualidade dos produtos, preços competitivos, entre outras) tem sido o centro das atenções de inúmeros estudiosos, como Cherchye (2001), e Strijov Shakin (2003), Brüngger (2004), e Ebert Welsch (2004), Abeyasekera (2005), ONU (2005). Comentários sobre metodologias de construção de índice podem ser encontrados em Saisana e Tarantola (2002), Freudenberg (2003) e Howe et al. (2008). Especificamente lidando com o tema da atração turística, quer sob a forma de índices ou usando outras abordagens, podem citar-se Formica (2000), EC (2002), Manning et al. (2002), Yoon e Uysal (2005), Dumitresco et al. (2011) e Barros et al. (2011).

Formica e Uysal (2006) apresentam no seu artigo um modelo para explicar e medir as determinantes da atratividade turística de um destino integrando oferta e procura. Para a oferta, utilizam indicadores retirados de informações disponibilizada em folhetos e outras informações públicas. Para a procura, basearam as suas conclusões nas opiniões de um painel de “*experts*”. O princípio subjacente desse estudo era a análise da atratividade turística global de um destino dependendo da relação entre a sua capacidade de atrações e a importância percebida de tais atrações. Os resultados confirmaram que as regiões de turismo não são criadas da mesma forma e revelam significativas diferenças espaciais em termos de recursos disponibilizados e da real perceção desses recursos.

Por esse motivo a construção do índice que aqui se faz baseia-se na consulta de informação objetiva obtida nos quadros disponibilizados pelo INE. Esta será uma das

contribuições deste estudo para a literatura que concerne à análise da procura do turismo rural no Norte de Portugal.

### **4.3 Metodologia de construção do Índice de atração turística**

O índice de preferência que vamos construir pretende levar em conta o processo de escolha de um determinado destino, entre destinos vizinhos, com atributos gerais semelhantes, mas com diversidade suficiente para fundamentar uma diferenciação que podemos incluir no perfil de um mercado de concorrência monopolística em que o produto oferecido é essencialmente idêntico e a diferenciação estabelece-se em pormenores que identificam o maior valor que a procura atribui ao preço a pagar (*value for money*).

Pressupondo que o processo de decisão já ultrapassou a fase de escolha do país e de uma região específica dentro desse país, o nosso objetivo é explicar o que leva o turista a escolher determinada localidade preterindo localidades vizinhas dentro da mesma região. No caso em análise, temos turistas que já decidiram escolher Portugal como país de destino e assume-se que a região onde os turistas já decidiram passar algum do seu tempo disponível é a região que tem o rio Douro como referência. Nesta fase do processo de escolha o turista focará a sua atenção nos distritos do Porto, Vila Real e Bragança, para decidir qual ou quais dos seus 44 concelhos (municípios) demonstram ter as qualidades que deseja ver no seu potencial destino final. Posteriormente, pretendemos ainda distinguir os concelhos entre rurais e urbanos e determinar as determinantes da procura turística dos concelhos rurais a norte do Douro Português.

Assim, a opção final do turista terá por base as características específicas das localidades. Essas escolhas são as variáveis explicativas, foco da nossa análise nesta secção. Consequentemente, assume-se uma relação de dependência entre a procura dirigida a determinado município e os diversos fatores quantitativos e qualitativos que consideramos ter pesado na escolha desse destino.

Cada concelho terá que ter argumentos de atração suficientemente convincentes para persuadir um turista indeciso a optar por esse destino em concreto. São esses

argumentos de atração que fazem parte das determinantes do índice que aqui construímos. Chamamos-lhe índice de atração turística (IAT).

O IAT representa uma variável que depende funcionalmente de uma série de fatores quantitativos e qualitativos entre os quais os que quantificam a “*pegada humana*” nos locais de interesse (e.g. densidade populacional; taxa de urbanização ou tamanho médio das cidades); fatores que medem o grau de acessibilidade a serviços considerados essenciais (farmácias, centros de saúde, ou caixas multibanco); fatores de atração geográfica (praias, rios, lagos, barragens, florestas ou montanhas); fatores de atração cultural (monumentos, museus, galerias, exposições e eventos). A relevância e definição de todos estes fatores são descritas de seguida.

#### **4.4 Processo de seleção das variáveis relevantes considerando os 44 municípios (rurais e urbanos)**

Utilizando como base os dados disponibilizados na base de dados do INE, para os quais existia informação disponível ao nível dos municípios. Foram selecionadas três variáveis dependentes e 57 variáveis quantitativas independentes.

Os dados em análise relativos às variáveis dependentes e independentes (explicadas e explicativas) foram obtidos a partir dos dados disponibilizados pela base de dados do INE utilizando a último estudo ou a média calculada para os anos disponibilizados, consoante o caso em que melhor se adapta à variável em causa.

Perante a quantidade e qualidade de informação disponível, coloca-se a questão de como podemos caracterizar a extensão ou quantidade de “dependências” entre duas variáveis? Há uma variedade de formas possíveis para a formulação de medidas apropriadas de dependência. Mas, no nosso caso, foi estabelecido um critério de triagem primária das variáveis explicativas utilizando matrizes de coeficientes de correlação entre variáveis em detrimento da mais popular análise de covariâncias.

Esta popular técnica considera que a covariância entre duas quaisquer variáveis aleatórias  $X$  e  $Y$  dada por:  $\sigma_{XY} = \sum (x - \mu_X)(y - \mu_Y)p(x, y) = E[(X - \mu_X)(Y - \mu_Y)]$  mede o grau de associação linear entre elas. Assim, a independência de  $X$  e  $Y$  significa covariância nula o que é uma grande vantagem desta medida pois é claro que uma

qualquer medida razoável de dependência deve ser reduzida a zero, no caso de ausência de dependência. Para algumas medidas de dependência, o inverso também é real: se a medida tem o valor 0, então as variáveis são independentes. No entanto, para a covariância isto não é verdadeiro pois que a covariância pode ser zero havendo dependência entre as variáveis, desde que não linear. Assim, podemos agora tirar algumas conclusões preliminares sobre a covariância:

- a) Independência de X e Y implica  $\sigma_{XY} = 0$ ;
- b)  $\sigma_{XY} = 0$  não indica necessariamente a independência;
- c)  $\sigma_{XY} \neq 0$  indica que algum tipo de dependência está presente

Acontece que a covariância está sempre entre dois limites que podem ser expressos em termos das variações de X e Y:  $-\sigma_X \sigma_Y \leq \sigma_{XY} \leq +\sigma_X \sigma_Y$  (a partir da desigualdade de Cauchy-Schwarz). Portanto, podemos concluir que a covariância mede o *grau de relação linear* entre duas variáveis mas não conseguirá detetar um grau de associação não linear por mais forte que seja. No entanto, para relações lineares, a covariância é uma boa medida de associação atingindo o seu valor máximo  $\sigma_{XY} = |\sigma_X \sigma_Y|$ , no caso em que as variáveis X e Y têm uma relação *puramente linear* e situando-se entre  $-\sigma_X \sigma_Y$  e  $+\sigma_X \sigma_Y$ , no caso em que X e Y têm uma relação que é uma mistura de componentes lineares e outras. Se  $\sigma_{XY} = 0$ , a relação entre X e Y pode ser assumido como sendo *não-linear*, ou então não existente.

Um aspeto indesejável da medida de covariância é que o seu valor depende da unidade de medida envolvida. Desta forma, é preferível ter uma medida de dependência que não seja sensível às unidades de medida. Por isso mesmo, com vista a permitir a análise de variáveis com as mais diversas unidades de medida (áreas florestais, densidade populacional, número de camas, etc.) vamos usar uma medida de associação linear equivalente, que é "*a-dimensional*": o *coeficiente de correlação linear*  $r$  que mede o grau de associação linear entre duas variáveis.<sup>9</sup>

Por sua vez, e de forma a facilitar a análise da informação disponível, todas as variáveis em estudo foram transformadas em índices utilizando como base 100 os valores dessas

---

<sup>9</sup> Pressupomos que todas as relações entre variáveis são lineares porque testamos várias outras não lineares (o quadrado, cubo e logarítmica) e não se revelaram significativas.

variáveis recolhidos para o continente. Depois, os valores das mesmas variáveis para os 44 concelhos foram transformados usando essa base 100 e uma regra de três simples.

#### 4.4.1. As variáveis dependentes

Todas as dimensões do índice vão ser estimadas para dois grupos de turistas: nacionais e internacionais. Para o grupo dos turistas nacionais haverá apenas uma variável dependente representando as suas preferências – *o número de dormidas nacionais* (DORN), para o grupo de turistas internacionais consideramos duas variáveis dependentes, ‘proxies’ uma da outra, representando as suas preferências: *número de dormidas de estrangeiros* (DORE) e *levantamentos internacionais em caixas de multibanco em milhares de euros* (LIM). Os índices destas variáveis serão designados da seguinte forma:

- ILIM: Índice dos levantamentos internacionais médios 2004-2010 em milhares de Euros no i-ésimo concelho ( $i=1, \dots, 44$ ).
- IDORE: Índice do número médio de dormidas de estrangeiros 2006-2010 no i-ésimo concelho ( $i=1, \dots, 44$ ).
- IDORN: Índice do número médio de dormidas nacionais 2006-2010 no i-ésimo concelho ( $i=1, \dots, 44$ ).

Em seguida procede-se à análise da correlação linear entre estas 3 variáveis dependentes e as 57 variáveis quantitativas<sup>10</sup> e 9 variáveis qualitativas<sup>11</sup> (dummies ou binárias) considerando os 44 municípios (rurais e urbanos). Os graus de correlação que se estabelecerem entre estas três e as variáveis explicativas selecionadas ajudarão a fazer a triagem das que vão ser mais relevantes na explicação das procuras turísticas nacionais e internacionais dirigidas aos concelhos sob análise.

---

<sup>10</sup> Ver tabelas nº 2, 4, 6 e 8

<sup>11</sup> Ver tabela nº 16

#### **4.4.2. Variáveis independentes**

Para analisar as correlações que permitirão a seleção das variáveis que integrarão o índice de atração foram selecionadas quatro dimensões que agregam as vertentes das preferências dos turistas tanto nacionais como internacionais. A escolha destas vertentes foi efetuada tendo em conta o seu possível interesse nas escolhas dos turistas.

As dimensões que serviram como base ao nosso estudo foram: dinâmica ambiental e território (eg. superfície do território, altitude, existência de áreas protegidas, paisagens, proteção do ambiente, águas balneares e o uso dado aos solos); dinâmicas económicas (eg. número de empresas, poder de compra, pobreza, evolução de veículos vendidos e situação líquida das câmaras); dinâmica da população (eg. densidade populacional, idade e envelhecimento da população, proporção de estrangeiros e crescimento migratório e população urbana); a dinâmica dos serviços (e.g cultura, lazer, desporto, finanças, saúde e transportes, estabelecimentos hoteleiros).

Dentro de cada dimensão, foi identificado um conjunto de características numa base alargada (seleção de um grande numero de variáveis independentes) que se pressupõe que poderiam, de alguma forma, influenciar positivamente a dinâmica em estudo através da sua correlação com as variáveis dependentes. Após análise das correlações entre as variáveis foram selecionadas aquelas que mostraram maior correlação com as variáveis dependentes em estudo. Após esta seleção preliminar foi analisada, novamente, a correlação das variáveis mais representativas de cada uma das dimensões entre elas de forma a eliminar as que mostravam correlações muito elevadas por forma a evitar situações de multicolinearidade forte.



## **A - Ambiental e território**

As características do ambiente e território podem ser fator motivacional para a escolha de um destino turístico, pois não poderíamos deixar de estudar as dinâmicas relacionadas com este tema.

São apresentadas em seguida, todas as variáveis independentes relativas ao ambiente e território:

- i. IAA1: Índice da superfície dos municípios
- ii. IAA2: Índice das altitudes
- iii. IAB1: Índice das águas balneares
- iv. IAC1: Índice do dispêndio das Câmaras Municipais em paisagem e biodiversidade
- v. IAD1: Índice da Rede Natura
- vi. IAD2: Índice da proteção especial
- vii. IAD3: Índice do total de áreas protegidas
- viii. IAE1: Índice do uso dos solos - urbano
- ix. IAE2: Índice do uso dos solos – Equipamentos e parques
- x. IAE3: Índice do uso dos solos - Indústria
- xi. IAE4: Índice do uso dos solos – Turismo
- xii. IAE5: Índice do uso dos solos - Agropecuária
- xiii. IAE6: Índice do uso dos solos – Floresta

O índice relativo à superfície média dos municípios (IAA1) - tem como objetivo compreender até que ponto a dimensão de um município pode interferir na preferência turística. Provavelmente, municípios de maior dimensão podem ter mais oferta em termos de variedade e quantidade, mas a mesma pode também estar mais dispersa dificultando a sua acessibilidade.

Considerando o índice relativo à Altitude (IAA2) - temos como objetivo entender qual a relação que pode existir entre procura turística nacional e internacional e a altitude, tendo o conhecimento prévio que existem concelhos em que esta característica é bastante evidente, cabe-nos agora saber se é um fator suficiente para atrair os turistas.

A existência de águas balneares poderá ser um fator relevante para determinar a atração turística de um município (IAB1) uma vez que estes locais são propícios para o lazer e descontração. As zonas de banho, especialmente em épocas do ano mais quentes, podem captar o interesse dos turistas.

O dispêndio de dinheiro das câmaras em paisagem e biodiversidade (IAC1) pressupõe investimento em fatores relevantes para o turismo de uma determinada região. Através desta variável podemos constatar se um concelho que invista na melhoria paisagística e na biodiversidade consegue atrair ou não mais turistas.

Dentro das áreas protegidas, ponderou-se a análise das redes naturais (IAD1), proteção especial do território (IAD2) e as áreas protegidas (IAD3). A existência de áreas protegidas pode ter relevância para a preferência turística, independentemente de que a sua preferência possa estar relacionada apenas com a sua existência e não com a área que as mesmas ocupam.

O uso dado aos solos de cada um dos municípios determina de alguma forma a atração turística do município. O uso do solo pode estar relacionado com o seu uso urbano, equipamentos e parque existentes, indústria, turismo, agropecuária e floresta (IAE1, IAE2, IAE3, IAE4, IAE5 e IAE6). Neste caso, o uso do solo pode ter efeitos negativos ou positivos sobre a procura turística de acordo com o tipo de uso dado ao solo.

Ao analisar as correlações existentes entre os dados referentes a cada uma das variáveis independentes face as variáveis dependentes, é possível seleccionar as que melhor descrevem as tendências dos turistas tanto nacionais como estrangeiros.

Assim sendo, determinando a correlação entre cada uma das variáveis relativas ao ambiente e território e as variáveis ILIM, IDORE e IDORN obtemos os resultados apresentados nas tabelas 2 e 3.

Pela análise das correlações das variáveis identificadas da tabela 2 podemos verificar que apenas 3 variáveis relativas ao ambiente e território estão fortemente correlacionadas com as variáveis ILIM, IDORE e IDORN. A variável IAC1 relativa aos gastos das Câmaras Municipais em paisagem e biodiversidade está correlacionada com as 3 variáveis dependentes com coeficientes de correlação entre 0.82 e 0.85. A variável independente IAE1 relativa ao uso do solo urbano está relacionada em 0,53 com ILIM, mas a relação com o IDORE e o IDORN não é relevante. No caso do uso de solo para

equipamentos e parques está relacionada com o ILIM em 0,83 e menos correlacionada com o IDORE e IDORN em 0,56 e 0,66 respectivamente.

**Tabela 2:** Correlações das variáveis independentes do Ambiente e Território com as variáveis dependentes ILIM, IDORE e IDORN

Variáveis	ILIM	IDORE	IDORN
IAA1 Superfície do Território	-0.231248	-0.183017	-0.137193
IAA2 Altitude	-0.540349	-0.346130	-0.389352
IAB1 Águas balneares	0.517251	0.262476	0.449346
<b>IAC1 Dispendio das Câmaras Municipais em paisagem e biodiversidade</b>	<b>0.831172</b>	<b>0.815354</b>	<b>0.858588</b>
IAD1 Rede natura	-0.218918	-0.159956	-0.124279
IAD2 Proteção especial	-0.174602	-0.086776	-0.105412
IAD3 Total áreas protegidas	-0.199968	-0.138406	-0.097113
<b>IAE1 Uso solo urbano</b>	<b>0.529830</b>	0.217718	0.376630
<b>IAE2 Uso solo equipamentos e parques</b>	<b>0.828659</b>	<b>0.560669</b>	<b>0.655226</b>
IAE3 Uso solo para Industria	0.379159	0.046153	0.171703
IAE4 Uso solo para Turismo	-0.063523	-0.055348	-0.088002
IAE5 Uso solo para Agropecuária	-0.264522	-0.184635	-0.160847
IAE6 Uso solo para Floresta	-0.265918	-0.198634	-0.170279

**Tabela 3:** Relação entre todas as variáveis independentes relativas ao ambiente e território e as variáveis dependentes

Correlação	IAA1	IAA2	IAB1	IAC1	IAD1	IAD2	IAD3	IAE1	IAE2	IAE3	IAE4	IAE5	IAE6
<b>IAA1</b>	1000000												
<b>IAA2</b>	0.541284	1000000											
<b>IAB1</b>	- 0.146997	- 0.484283	1000000										
<b>IAC1</b>	- 0.168039	- 0.400874	0.520249	1000000									
<b>IAD1</b>	<u><b>0.962833</b></u>	0.542368	-0.159961	- 0.170810	1000000								
<b>IAD2</b>	0.042330	0.152678	-0.158861	- 0.120550	- 0.196764	1000000							
<b>IAD3</b>	<u><b>0.957217</b></u>	0.492049	-0.127393	- 0.142929	0.981933	- 0.138494	1000000						
<b>IAE1</b>	- 0.152832	- 0.521555	0.559783	0.539816	- 0.170004	- 0.269223	- 0.199707	1000000					
<b>IAE2</b>	- 0.300209	- 0.666628	0.604080	0.641442	- 0.310553	- 0.191614	- 0.285672	0.661161	1000000				
<b>IAE3</b>	- 0.333204	- 0.688572	0.513613	0.263796	- 0.339407	- 0.220973	- 0.343273	0.688725	0.622422	1000000			
<b>IAE4</b>	- 0.052170	0.086208	-0.050639	- 0.043657	- 0.041525	- 0.120405	- 0.103511	- 0.032510	0.002799	- 0.065633	1000000		
<b>IAE5</b>	<u><b>0.938057</b></u>	0.547899	-0.175145	- 0.197617	<u><b>0.919494</b></u>	0.016885	<u><b>0.921399</b></u>	- 0.256594	- 0.352825	- 0.384263	- 0.105346	1000000	
<b>IAE6</b>	<u><b>0.978923</b></u>	0.611334	-0.196902	- 0.204494	<u><b>0.933741</b></u>	0.089228	<u><b>0.924225</b></u>	- 0.203967	- 0.336560	- 0.380628	- 0.001223	<u><b>0.911300</b></u>	1000000

Estas correlações, justificadas pelas relações positivas existentes entre as variáveis explicativas e as variáveis explicadas, confirmam alguns dos pressupostos atrás referidos em especial no que se refere à relação positiva entre a procura turística e investimentos realizados pelas câmaras municipais em paisagem e biodiversidade e o uso do solo para equipamentos e parques.

Podemos ainda observar que no caso do uso do solo para fins urbanos apenas apresenta uma correlação significativa para o ILIM (levantamentos internacionais de dinheiro nas caixas multibanco) uma vez que é nestes locais que se concentram os maiores centros de consumo, no entanto o facto do turista internacional levantar mais dinheiro nestes locais não significa que permaneça no mesmo durante muito tempo. Podemos ainda concluir que os visitantes internacionais que levantam mais dinheiro nas zonas urbanas podem não ter como propósito o turismo mas sim fins profissionais.

No caso das águas balneares e a altitude constata-se não ser relevante a correlação entre estas características e as variáveis dependentes, no entanto, constata-se que o número de levantamentos internacionais apresenta alguma correlação com estas características.

Pela análise da tabela 3, podemos ainda constatar que existem variáveis muito correlacionadas entre si nomeadamente (valores identificados a sublinhado e negrito) como é o caso da superfície do território e a rede natura, áreas protegidas, uso do solo para agropecuária e floresta o que pode estar a influenciar os resultados obtidos.

O uso de solo para indústria, em especial quando estamos a falar da indústria transformadora, tal como previsto, não promove a procura turística. No caso específico do uso do solo para o turismo os resultados obtidos não representam a realidade devida a baixa fiabilidade dos mesmos (o conceito de uso de solo para turismo não está claramente definido nos conceitos de urbanismo dos municípios e os dados fornecidos pouco representativos apresentando inúmeras falhas em diversos concelhos).

De acordo com as análises apresentadas nas tabelas anteriores podemos constatar que as variáveis relevantes relativas ao ambiente e território são: IAC1 (despesas das Câmaras Municipais em paisagem e biodiversidade), IAE1 (uso do solo urbano) e IAE2 (uso do solo para equipamentos e parques).

Podemos assim, interpretar que os levantamentos internacionais (ILIM) são tanto maiores quanto maior é a despesa das câmaras municipais em paisagem e

biodiversidade, existência solo urbanizado; uso de solo para equipamentos e parques. Podemos referir ainda que as dormidas de estrangeiros (IDORE) e dormidas nacionais (IDORN) são tanto maiores quanto maior é a despesa das câmaras municipais em paisagem, biodiversidade e uso de solo para equipamentos e parques.

## **B - Económica**

A dinâmica económica de uma região representa a capacidade, dessa mesma região, em gerar riqueza, emprego e investimento. Quando existe uma dinâmica económica significativa pressupõe-se melhor qualidade de vida da população e maior capacidade de atração turística devido ao possível investimento em equipamentos e infraestruturas.

Em seguida, são apresentadas todas as variáveis independentes que são objeto de estudo no âmbito da perspetiva económica:

- i. IBA: Índice da densidade média de empresas  $n^{\circ}/km^2$
- ii. IBB: Índice da média do Poder de Compra
- iii. IBC1: Índice do peso médio dos beneficiários do rendimento mínimo
- iv. IBC2: Índice do  $n^{\circ}$  de beneficiários
- v. IBC3: Índice do peso dos beneficiários na população
- vi. IBD1: Índice do  $n^{\circ}$  de automóveis novos vendidos
- vii. IBD2: Índice da taxa de crescimento das vendas de automóveis
- viii. IBE: Índice da situação líquida média acumulada das Câmaras Municipais em mil €

O número de empresas (IBA) existentes num determinado concelho é, de alguma forma, representativo do dinamismo económico de uma região, pela empregabilidade que possa gerar e consequentemente pela possível riqueza criada.

Da mesma forma, o índice de poder de compra (IBB) determina a capacidade de movimentação de capital, podendo de alguma forma esse mesmo capital ser investido em infraestruturas ou meios que promovam a atratividade turística.

Por outro lado, a existência de beneficiários de rendimento mínimo (medido pelo índice IBC) numa determinada região pode determinar o nível de pobreza da região, que pode

ter influência na capacidade de investimento para promover a atração turística ou mesmo noutras dimensões que definem a procura turística.

A venda de automóveis (medido através do IBD) também é representativos do dinamismo económico de uma determinada área bem como do seu poder de compra. O número de automóveis vendidos pode, representar uma maior dinâmica e mobilidade de um concelho.

Todos os aspetos de propriedade pública dos municípios são geridos através das verbas disponibilizadas pelas câmaras municipais, podendo investir mais ou menos nas áreas que servem o turismo, mas pressupõe-se que quando existe investimento, existe retorno para o município daí a importância da situação líquida das câmaras (representado pelo IBE). Por outro lado, quando as câmaras têm situações líquidas negativas, contraem o dívidas que podem levar ao aumento de impostos e à negligência de áreas fulcrais para o turismo o que pode ter um efeito negativo na procura turística da região.

De forma similar, as correlações existentes entre os dados referentes a cada uma das variáveis explicativas face as variáveis explicadas possibilitam a seleção das que melhor descrevem as tendências da procura dos turistas nacionais e estrangeiros. Assim sendo, observando as correlações entre cada uma das variáveis relativas à perspetiva económica e as variáveis ILIM, IDORE e IDORN obtemos os resultados apresentados nas tabelas 4 e 5.

**Tabela 4:** Correlações das variáveis independentes da Economia com as variáveis dependentes ILIM, IDORE e IDORN

Variáveis	ILIM	IDORE	IDORN
<b>IBA N° empresas /km2</b>	<b>0.940505</b>	<b>0.942035</b>	<b>0.928642</b>
<b>IBB Índice poder de compra</b>	<b>0.892606</b>	<b>0.701712</b>	<b>0.795093</b>
IBC1 Taxa crescimento do n° de beneficiários do rendimento mínimo	-0.005511	0.009489	0.050557
<b>IBC2 N° beneficiários</b>	<b>0.862459</b>	<b>0.695058</b>	<b>0.770904</b>
IBC3 Peso dos beneficiários na população	0.435694	0.393160	0.378090
<b>BD1 N° de automóveis vendidos</b>	<b>0.952147</b>	<b>0.798929</b>	<b>0.877434</b>
IBD2 Taxa crescimento das vendas de automóveis	0.148244	-0.020926	0.008232
IBE Situação líquida das Câmaras Municipais	0.281517	0.426592	0.337934



**Tabela 5:** Relação entre todas as variáveis independentes relativas à Economia e as variáveis dependentes

Correlação	IBA	IBB	IBC1	IBC2	IBC3	BD1	BD2	IBE
IBA	1.000.000							
IBB	<b><u>0.829668</u></b>	1.000.000						
IBC1	-0.003452	0.125073	1.000.000					
IBC2	<b><u>0.794925</u></b>	<b><u>0.760414</u></b>	-0.065598	1.000.000				
IBC3	0.478697	0.358833	-0.467096	0.593690	1.000.000			
IBD1	<b><u>0.882180</u></b>	<b><u>0.869565</u></b>	0.011611	<b><u>0.961748</u></b>	0.487454	1.000.000		
IBD2	0.110403	0.173686	-0.132944	0.376327	0.358886	0.267914	1.000.000	
IBE	0.375665	0.244738	0.022076	-0.113102	-0.097187	0.078607	-0.397567	1.000.000

Pela análise das correlações das variáveis identificadas na tabela 4 podemos verificar que algumas variáveis relativas à economia estão correlacionadas com as variáveis ILIM, IDORE e IDORN. A variável IBA (densidade das empresas por km<sup>2</sup>) está altamente relacionado com as três variáveis dependentes, ou seja quanto mais empresas existem, mais levantamentos internacionais são realizados (ILIM); maior o número de dormidas estrangeiras (IDORE); maior o número de dormidas nacionais (IDORN). Esta relação pode ser justificada pelo seu dinamismo empresarial e capacidade de investimento captando um maior número de turistas.

De forma similar a variável IBB (índice do poder de compra) está significativamente relacionada com a procura turística de um concelho pela sua capacidade de investimento e de gerar riqueza.

Os resultados obtidos para IBC2 (índice relativo ao número de beneficiários) que representa o nível de pobreza do concelho, apresentam alguma relação com a capacidade de atração turística, que pode ser justificada pelo facto de em concelhos mais pobres os preços serem relativamente mais atrativos e existirem turistas tanto nacionais como internacionais que procuram concelhos em que o grau de modernidade seja diminuto de forma a contactar com vivências mais genuínas.

No caso de IBD1 (índice relativo ao número de automóveis vendidos) também está significativamente relacionado com a procura turística, uma vez que é um dos mais fiáveis indicadores de dinamismo e crescimento económico.

Pela análise da tabela 5, podemos ainda constatar que existem variáveis explicativas correlacionadas entre si que, de alguma forma, podem anular-se mutuamente na influência que exercem nas variáveis dependentes.

Tendo em conta as análises expostas nas tabelas anteriores podemos constatar que as variáveis relevantes relativas à economia são: IBA; IBB; IBC2; IBD1 ou seja, índices do número de empresas, poder de compra, número de beneficiários do rendimento mínimo e número de automóveis vendidos respetivamente.

## C- População

A população residente em cada um dos concelhos em estudo é, sem dúvida, um fator diferenciador, devendo considerar-se tanto a quantidade (densidade populacional) como a forma de vida. Nesse sentido é importante entender como está dinâmica tem relevância na seleção de um destino turístico para turistas nacionais e estrangeiros.

Em seguida, são apresentadas todas as variáveis explicativas que são objeto de estudo no âmbito da população:

- i. ICA1: Índice do nº médio da população residente
- ii. ICA2: Índice da superfície (km<sup>2</sup>) do território por Localização geográfica
- iii. ICA3: Índice da densidade média População (Nº/ km<sup>2</sup>)
- iv. ICB1: Índice do nº médio de residentes com mais de 75 anos
- v. ICB2: Índice do peso da população médio com mais de 75 anos na população total
- vi. ICB3: Índice da taxa Crescimento da população média com mais 75 anos
- vii. ICB4: Índice médio de longevidade
- viii. ICB5: Índice da idade média da População em 2001
- ix. ICB6: Índice da idade média da população 1991
- x. ICB7: Índice da taxa Crescimento da Idade média da população 1991-2001
- xi. ICC1: Índice do nº médio de Cidades
- xii. ICC2: Índice do nº médio de Vilas
- xiii. ICC3: Índice da proporção (%) de população urbana
- xiv. ICC4: Índice do nº total de cidades e vilas
- xv. ICD1: Índice da taxa média crescimento migratório (%)
- xvi. ICD2: Índice do nº estrangeiros por local de residência
- xvii. ICD3: Índice do nº Estrangeiros por habitante (%)
- xviii. ICD4: Índice da taxa crescimento do nº de estrangeiros por habitante (%)

A dinâmica da população é dividida em quatro grupos: CA (população/densidade); CB (idade da população); CC (cidade/vilas/urbanismo); CD (população estrangeira). Dentro de cada um destes grupos existe informação complementar ou similar representada em termos de índices.

A população existente numa determinada região determina a sua autenticidade, hospitalidade e outras dinâmicas que também podem ser determinantes na escolha de um destino. O índice do número de residentes (ICA1) numa região é muito importante pois existem turistas que para descansar procuram regiões pouco povoadas, outras há que procuram locais com muita população e grandes dinâmicas humanas. No entanto, no caso específico de turismo rural quanto menor for o número de residentes mais próximo se encontram da ruralidade. Por outro lado, até que ponto a existência de cidades e vilas (ICC1 a ICC4), característica de população urbana, pode ou não influenciar a atração turística?

A superfície de um território (ICA2) pode, por um lado, determinar a maior diversidade de atrações turísticas que possam existir e, por outro, a dispersão das mesmas tornando-as menos acessíveis.

A idade e o envelhecimento de uma população (ICB1 a ICB7) são elementos interessantes para analisar a atratividade turística. Se por um lado, a população se situa numa faixa etária mais idosa, significa maior autenticidade e são entendidos como guardiões do saber e das tradições, contudo, pode também significar uma menor capacidade de inovação e investimento.

Os índices relativos à população estrangeira (ICD1 a ICD4) podem por um lado, influenciar negativamente as dormidas numa determinada região (uma vez que os estrangeiros podem pernoitar em casa de amigos e/ou familiares) por outro, pode influenciar positivamente o turismo dada a existência de culturas diferentes e atrativas do ponto de vista turístico.

De forma similar à análise efetuada, as dinâmicas anteriores as correlações existentes entre os dados referentes a cada uma das variáveis independentes, face às variáveis dependentes, permite selecionar as que melhor descrevem as tendências dos turistas tanto nacionais como estrangeiros.

Assim sendo, determinando as correlações entre cada uma das variáveis relativas à população e as variáveis dependentes ILIM, IDORE e IDORN obtemos os resultados apresentados na tabela 6 e na tabela 7.

**Tabela 6:** Correlações das variáveis independentes da População com as variáveis dependentes ILIM, IDORE e IDORN

Variáveis	ILIM	IDORE	IDORN
<b>ICA1 N° de residentes</b>	<b>0.823569</b>	<b>0.566442</b>	<b>0.682036</b>
ICA2 Superfícies do território	-0.231248	-0.183017	-0.137193
<b>ICA3 Densidade populacional</b>	<b>0.942245</b>	<b>0.865341</b>	<b>0.882382</b>
<b>ICB1 N° dos maiores de 75</b>	<b>0.944535</b>	<b>0.788048</b>	<b>0.873923</b>
ICB2 N° dos maiores de 75 / total população	-0.281252	-0.037554	-0.103765
ICB3 Taxa crescimento dos maiores de 75 anos	0.131735	-0.195140	-0.114216
ICB4 Índice de Longevidade do INE	-0.261355	0.003114	-0.065719
ICB5 Idade média da população em 2001	-0.208298	0.011278	-0.037636
ICB6 Idade média da população em 1991	-0.157459	0.040934	0.005282
ICB7 Taxa crescimento da idade média 1991-2001	-0.353541	-0.136980	-0.224806
ICC1 N° cidades	0.305699	0.070176	0.139515
ICC2 N° vilas	0.258847	0.013256	0.178195
<b>ICC3 População urbana/ total da população</b>	<b>0.726676</b>	<b>0.550611</b>	<b>0.660105</b>
ICC4 N° Total de cidades e vilas	0.736156	0.541218	0.663556
ICD1 Taxa crescimento migratória	-0.165913	-0.465851	-0.365964
<b>ICD2 N° estrangeiros</b>	<b>0.973030</b>	<b>0.871677</b>	<b>0.932300</b>
<b>ICD3 N° estrangeiros / habitante</b>	<b>0.644563</b>	<b>0.639129</b>	<b>0.678147</b>
ICD4 Taxa crescimento do número de estrangeiros	0.244288	0.252083	0.278897

**Tabela 7:** Relação entre todas as variáveis independentes relativas à População e as variáveis dependentes

Correlação	ICA1	ICA2	ICA3	ICB1	ICB2	ICB3	ICB4	ICB5	ICB6	ICB7	ICC1	ICC2	ICC3	ICC4	ICD1	ICD2	ICD3	ICD4
<b>ICA1</b>	1.000.000																	
<b>ICA2</b>	-	1.000.000																
<b>ICA3</b>	<u><b>0.811536</b></u>	-0.390074	1.000.000															
<b>ICB1</b>	<u><b>0.940445</b></u>	-0.232412	<u><b>0.901308</b></u>	1.000.000														
<b>ICB2</b>	-	0.573372	-	-	1.000.000													
<b>ICB3</b>	0.494773	-0.201864	0.185098	0.262656	-	1.000.000												
<b>ICB4</b>	-	0.497655	-	-	<u><b>0.913128</b></u>	-	1.000.000											
<b>ICB5</b>	0.449594	0.560934	0.257600	0.244083	<u><b>0.981942</b></u>	0.500059	<u><b>0.869494</b></u>	1.000.000										
<b>ICB6</b>	0.392439	0.578290	-	-	<u><b>0.967182</b></u>	-	<u><b>0.848367</b></u>	<u><b>0.985934</b></u>	1.000.000									
<b>ICB7</b>	0.509301	0.180876	0.308984	0.405543	0.543396	-	0.522197	0.553515	0.407169	1.000.000								
<b>ICC1</b>	0.533676	-0.225494	0.365876	0.375902	-	0.536546	0.746132	0.602042	0.581179	0.392615	1.000.000							
<b>ICC2</b>	0.617554	-0.207305	0.227220	0.464362	-	0.449816	-	-	-	-	0.241564	1.000.000						
<b>ICC3</b>	0.691221	-0.109178	0.668439	0.710685	-	0.296045	-	-	-	-	0.658447	0.168149	1.000.000					
<b>ICC4</b>	0.733898	-0.125868	0.676173	0.739101	-	0.331122	-	-	-	-	0.667674	0.255556	<u><b>0.996000</b></u>	1.000.000				
<b>ICD1</b>	0.159483	0.059011	-	-	-	0.809629	-	-	-	-	0.278202	0.295870	0.079833	0.105116	1.000.000			
<b>ICD2</b>	0.869294	-0.258106	<u><b>0.946000</b></u>	<u><b>0.972411</b></u>	-	0.161745	-	-	-	-	0.273198	0.357010	0.683254	0.702468	-	1.000.000		
<b>ICD3</b>	0.395015	0.058224	0.586749	0.561731	-	0.086500	-	-	-	-	0.066122	-0.033135	0.532474	0.519225	-	0.656034	1.000.000	
<b>ICD4</b>	0.155636	-0.125053	0.278699	0.212206	-	0.026153	-	-	-	-	0.094951	-0.065384	0.293908	0.282326	-	0.288954	0.721638	1.000.000

Pela análise das correlações das variáveis identificadas nas tabelas anterior podemos verificar que algumas variáveis relativas à população estão correlacionadas com as variáveis ILIM, IDORE e IDORN. Podemos ainda constatar que dentro das variáveis independentes existem algumas que se encontram relacionadas entre si (variáveis identificadas a sublinhado e negrito) o que pode influenciar os resultados obtidos.

De acordo com as análises apresentadas nas tabelas anteriores podemos constatar que as variáveis relevantes relativas à população são: ICA1; ICA3; ICB1; ICC3, ICD2 ou seja o índice referente ao número de residentes, densidade populacional, número de habitantes com mais de 75 anos, proporção da população urbana (menos significativo) e número de estrangeiros respetivamente.

Podemos então concluir que o índice referente ao número de residentes (ICA1) influencia mais o ILIM que o IDORE e o IDORN, mas podemos afirmar a relação positiva entre estas variáveis, ou seja, a procura tanto nacional como internacional de concelho está relacionada positivamente com o número de residentes. No entanto, no que se refere à densidade populacional (representada pelo índice ICA3) esta está altamente relacionada com a procura turística do concelho, o que comprova a afirmação anterior. Quem procura a região em estudo, valoriza a existência de população com mais de 75 anos (ICB1), justificado pelo acesso à autenticidade da região, acesso a saberes e a costumes caraterizadores de uma determinada região. Podemos ainda verificar que a existência de população urbana num concelho (ICC3) influencia positivamente a procura turística deste, pois quem procura um concelho levanta dinheiro e normalmente dorme nas localidades mais urbanizadas devido ao acesso mais facilitado aos produtos e serviços. O índice do número de estrangeiros (ICD2) também se encontra altamente relacionado com os levantamentos de dinheiro internacional e dormidas nacionais e estrangeiras num concelho.

## **D – Serviços**

Os serviços disponíveis num concelho são de elevada relevância para criar condições de permanência e consumo numa determinada localidade.

Em seguida, são apresentadas todas as variáveis independentes, objeto de estudo no âmbito dos serviços:

- i. IDA1: Índice da despesa média das Câmaras Municipais em cultura e desporto (mil €)
- ii. IDB1: Índice do nº Total de Museus
- iii. IDB2: Índice do nº Galerias de Arte e outros espaços
- iv. IDB3: Índice do nº Total de Museus, Galerias de arte e outros espaços
- v. IDC1: Índice do nº médio de Estabelecimentos Bancários
- vi. IDC2: Índice do nº Médio de Caixas Multibanco
- vii. IDD1: Índice do nº médio de Farmácias
- viii. IDD2: Índice do nº médio de Farmácias por km<sup>2</sup>
- ix. IDD3: Índice do nº total de Centros de Saúde
- x. IDD4: Índice do nº total Hospitais
- xi. IDD5: Índice do nº total de Centros de Saúde + Hospitais
- xii. IDD6: Índice do nº total de Centros de Saúde + Hospitais por km<sup>2</sup>
- xiii. IDD7: Índice do nº total de Centros de Saúde + Hospitais por habitante
- xiv. IDD8: Índice do nº médio de Médicos por km<sup>2</sup>
- xv. IDD9: Índice do nº médio de Médicos por 1000 habitantes
- xvi. IDE1: Índice do nº de estabelecimentos hoteleiros
- xvii. IDE2: Índice do nº de camas por 1000 habitantes
- xviii. IDE3: Índice do nº total de camas em todos os estabelecimentos hoteleiros

As despesas em cultura e desporto (IDA1) podem de alguma forma representar a importância dada a fatores que possam promover o interesse turístico da região. O número de museus, galerias de arte e outros espaços culturais (IDB1, IDB2, IDB3) são criados para atrair turistas, mas por si só, podem não ser suficientes para aumentar a atração turística de uma região.



A existência de espaços que permitam aceder a dinheiro e potenciar a dinâmica económica, tais como estabelecimentos bancários e caixas multibanco (IDC1, IDC2) permitem ao turista o acesso a capital para possível consumo na região e criam condições para permanecer aí mais tempo.

O serviço de saúde (farmácias, centros de saúde, hospitais e médicos) permite que os turistas, de alguma forma, confiem no local que escolhem como destino turístico (IDD1 a IDD9).

Os estabelecimentos hoteleiros e a sua capacidade de alojamento (IDE1, IDE2 e IDE3) são indicadores de investimento económico e da capacidade de atração turística da região.

De forma similar à análise efetuada às dinâmicas anteriores e as correlações existentes entre os dados referentes a cada uma das variáveis independentes face às variáveis dependentes permite selecionar as que melhor descrevem as tendências dos turistas tanto nacionais como estrangeiros.

Assim sendo, determinando as correlações entre cada uma das variáveis relativas à população e as variáveis dependentes ILIM, IDORE e IDORN obtemos os resultados apresentados na tabela 8 e tabela 9.

**Tabela 8:** Correlações das variáveis independentes dos serviços com as variáveis dependentes ILIM, IDORE e IDORN

Variáveis	ILIM	IDORE	IDORN
<b>IDA1: Despesas das CM em Cultura e Desporto</b>	<b>0.861956</b>	<b>0.598775</b>	<b>0.714764</b>
IDB1 N° museus	0.906711	0.942473	0.942131
<b>IDB2 N° galerias e outros espaços culturais</b>	<b>0.862357</b>	<b>0.989164</b>	<b>0.931309</b>
IDB3 N° total de recintos culturais	0.842350	0.953821	0.926175
<b>IDC1 N° de instituições bancárias</b>	<b>0.977374</b>	<b>0.931954</b>	<b>0.952231</b>
IDC2 N° de caixas multibanco	0.982051	0.890494	0.934757
IDD1 N° farmácias	0.969588	0.891709	0.933301
IDD2 N° farmácias / km2	0.915780	0.978377	0.941674
IDD3 N° centros de Saúde	0.732426	0.602041	0.697921
IDD4 N° de Hospitais	0.206143	0.117293	0.161067
IDD5 N° Centros de Saúde + Hospitais	0.735705	0.577239	0.682400
<b>IDD6 N° centros de saúde + hospitais / km2</b>	<b>0.897201</b>	<b>0.883595</b>	<b>0.883198</b>
IDD7 N° centros de saúde + hospitais / habitante	-0.349788	-0.145434	-0.201097
IDD8 N° médicos / km2	0.896285	0.981783	0.938302
IDD9 N° médicos / habitante	0.934111	0.916330	0.936851
<b>IDE1 N° total de estabelecimentos hoteleiros</b>	<b>0.923281</b>	<b>0.978967</b>	<b>0.974963</b>
IDE2 N° camas / 1000 habitante	0.409551	0.471494	<b>0.535582</b>
IDE3 N° total de camas	0.936021	0.981071	0.991367

**Tabela 9:** Relação entre todas as variáveis independentes relativas aos serviços e as variáveis dependentes

Correlação	IDA1	IDB1	IDB2	IDB3	IDC1	IDC2	IDD1	IDD2	IDD3	IDD4	IDD5	IDD6	IDD7	IDD8	IDD9	IDE1	IDE2	IDE3
IDA1	1.000.000																	
IDB1	0.683981	1.000.000																
IDB2	0.558503	<b><u>0.930182</u></b>	1.000.000															
IDB3	0.530277	<b><u>0.918493</u></b>	<b><u>0.953689</u></b>	1.000.000														
IDC1	0.827185	<u>0.916564</u>	<u>0.909374</u>	0.865401	1.000.000													
IDC2	<u>0.881153</u>	<u>0.895956</u>	<u>0.861541</u>	<u>0.820546</u>	<b><u>0.992171</u></b>	1.000.000												
IDD1	<u>0.862779</u>	<u>0.892428</u>	<u>0.867520</u>	<u>0.825757</u>	<b><u>0.980136</u></b>	<b><u>0.983407</u></b>	1.000.000											
IDD2	0.668258	<u>0.916218</u>	<u>0.975890</u>	<u>0.912445</u>	<b><u>0.962343</u></b>	<b><u>0.927833</u></b>	<b><u>0.917074</u></b>	1.000.000										
IDD3	0.765871	0.669859	0.573920	0.586098	0.716022	0.742225	0.791603	0.599692	1.000.000									
IDD4	0.103466	0.065518	0.098581	0.132669	0.081523	0.098875	0.099490	0.091908	-	0.012041	1.000.000							
IDD5	0.710200	0.607998	0.543299	0.571697	0.655956	0.687536	0.730132	0.561843	0.849732	0.516945	1.000.000							
IDD6	0.685622	0.809069	<u>0.868368</u>	0.815105	<u>0.891948</u>	<u>0.878555</u>	<u>0.874578</u>	<u>0.909828</u>	0.602468	0.441051	0.748307	1.000.000						
IDD7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000					
IDD8	0.417815	0.206962	0.147264	0.121122	0.313341	0.349810	0.343905	0.218220	0.066189	0.018898	0.066628	0.212846	-	1.000.000				
IDD9	0.627567	<b><u>0.915474</u></b>	<b><u>0.978575</u></b>	<b><u>0.924429</u></b>	<b><u>0.943746</u></b>	<b><u>0.902892</u></b>	<u>0.885451</u>	<b><u>0.993845</u></b>	0.568005	0.067312	0.521749	<u>0.881449</u>	0.169862	-	1.000.000			
IDE1	0.720629	<b><u>0.901944</u></b>	<b><u>0.905689</u></b>	0.897442	<b><u>0.937804</u></b>	<b><u>0.921057</u></b>	<u>0.888022</u>	<b><u>0.937964</u></b>	0.602621	0.139805	0.589605	<u>0.866744</u>	-	<b><u>0.940082</u></b>	1.000.000			
IDE2	0.637861	<b><u>0.944949</u></b>	<b><u>0.969090</u></b>	<b><u>0.952983</u></b>	<b><u>0.932116</u></b>	<u>0.898604</u>	<u>0.891474</u>	<b><u>0.960654</u></b>	0.634132	0.156930	0.625610	<u>0.880376</u>	0.258349	-	<b><u>0.966367</u></b>	<b><u>0.941544</u></b>	1.000.000	
IDE3	0.165055	0.480002	0.474901	0.569596	0.369225	0.338269	0.328616	0.406497	0.320211	0.220492	0.390382	0.404622	0.174070	0.128511	0.433221	0.492009	0.581909	1.000.000
	0.662125	<b><u>0.952512</u></b>	<b><u>0.960387</u></b>	<b><u>0.950911</u></b>	<b><u>0.941728</u></b>	<b><u>0.914349</u></b>	<b><u>0.914414</u></b>	<b><u>0.953604</u></b>	0.667062	0.175767	0.663732	<u>0.888726</u>	-	<b><u>0.953387</u></b>	<b><u>0.932282</u></b>	<b><u>0.990194</u></b>	0.549581	1.000.000

Pela análise das correlações das variáveis identificadas nas tabelas anteriores podemos verificar que algumas variáveis relativas aos serviços estão correlacionadas com as variáveis ILIM, IDORE e IDORN. Podemos ainda constatar que dentro das variáveis independentes existem algumas que se encontram relacionadas entre si (variáveis identificadas a sublinhado e negrito), influenciando assim os resultados obtidos.

De acordo com as análises apresentadas nas tabelas anteriores podemos constatar que as variáveis relevantes relativas aos serviços são: IDA1, IDB2, IDC1, IDD6, IDE1, IED2 que correspondem às despesas das Câmaras Municipais em cultura e desporto, número de galerias e outros espaços culturais, número de instituições bancárias, número de centros de saúde mais hospitais, número total de estabelecimentos hoteleiros e número de camas por 1000 habitantes respetivamente. Pela análise das tabelas anteriores podemos verificar que existem outras variáveis explicativas significativamente relacionadas com as variáveis dependentes, como é o caso de IDB3, IDC2, IDD1, IDD2, IDD5, IDD8, IDD9 e IDE3, no entanto, estas variáveis também estão muito relacionadas com variáveis independentes, pressupondo-se que estejam a explicar o mesmo face às variáveis selecionadas.

O investimento das Câmaras Municipais em cultura e desporto influencia positivamente a procura turística, verificando-se mais impacto nos levantamentos internacionais, justificando pelo facto dos estrangeiros levantarem dinheiro para usufruir das condições e investimentos realizados pelos municípios. O número de galerias e outros espaços culturais disponíveis num concelho está significativamente relacionado com as variáveis dependentes em estudo.

As instituições bancárias são o resultado de uma dinâmica de crescimento económico muito relevante que potencia negócios e movimento de capitais relevantes podendo atrair turismo com propósito de negócio em vez de lazer. De uma forma menos evidente, também se conclui que a densidade territorial dos centros de saúde e hospitais, estão relacionados com a procura de um determinado concelho, permitindo a cobertura do concelho com este tipo de serviço.

Por outro lado, como esperado, conclui-se que a existência de estabelecimentos hoteleiros e o número de camas por 1000 habitantes são indicadores de uma oferta turística dinâmica permitindo responder a eventuais aumentos da procura dirigida ao

concelho, ou seja, esta variável está significativamente relacionada com os levantamentos internacionais, dormidas nacionais e internacionais.

#### **4.4.3. Análise da correlação das variáveis relevantes**

Após a análise correlações entre as variáveis independentes relativas a cada uma das dinâmicas em estudo (Ambiente e Território, Economia, População e Serviços) foram selecionadas aquelas que apresentavam melhores resultados explicativos das variáveis dependentes (ILIM, IDORE e IDORN). Após esta primeira análise vamos analisar as correlações existentes entre todas as variáveis independentes anteriormente selecionadas. Desta forma, juntamos os melhores resultados obtidos anteriormente face a cada uma das dimensões em estudo, ponderando globalmente as que melhor representam a procura de um determinado concelho.

Nas tabelas 10 e 11 podemos observar as correlações entre as várias variáveis selecionadas. Pela observação da tabela anterior e tendo em conta as correlações das variáveis independentes face às dependentes ILIM, IDORE e IDORN é possível selecionar as seguintes: IAC1 (índice relativo ao dispêndio das Câmaras Municipais em paisagem e biodiversidade) cuja correlação com as variáveis dependentes variam entre 0,82 e 0,86; IBA (índice relativo à densidade das empresas - nº empresas / km<sup>2</sup>) cuja correlação com as variáveis dependentes variam entre 0,93 e 0,94; IBB (Índice do poder de compra) com menor correlação com as variáveis dependentes varia entre 0,70 e 0,89; BD1 (índice relativo ao número de automóveis vendidos) com correlação entre as variáveis dependentes de 0,80 e 0,95; ICA3 (índice relativo à densidade população - nº de residentes / km<sup>2</sup>) com correlação entre as variáveis dependentes a variar entre 0,86 e 0,94; ICB1 (índice relativo ao número de residentes maiores de 75 anos) com correlação entre as variáveis dependentes a variar entre 0,79 e 0,94; ICD2 (índice relativo ao número de estrangeiros) com correlação entre as variáveis dependentes a variar entre 0,87 e 0,97; IDB2 (índice relativo ao número de galerias e outros espaços culturais) com correlação entre as variáveis dependentes a variar entre 0,86 e 0,98; IDC1 (índice relativo as instituições bancárias existentes) com correlação entre as variáveis dependentes a variar entre 0,93 e 0,98; IDD6 (nº de Centros de Saúde + nº de Hospitais

por km<sup>2</sup>) com correlação entre as variáveis dependentes a variar entre 0,88 e 0,89; e IDE1 (nº de estabelecimentos hoteleiros) com correlação entre as variáveis dependentes a variar entre 0,92 e 0,98.

**Tabela 10:** Correlações das variáveis independentes seleccionadas com as variáveis dependentes ILIM, IDORE e IDORN

Variáveis		ILIM	IDORE	IDORN
AMBIENTE E TERRITÓRIO	IAC1 Dispêndio das CM em paisagem e biodiversidade	0.831172	0.815354	0.858588
	IAE1 Uso do solo urbano	0.529830	0.217718	0.376630
	IAE2 Uso do solo em equipamentos e parques	0.828659	0.560669	0.655226
ECONOMIA	BA Densidade das empresas (nº empresas / km2)	0.940505	0.942035	0.928642
	IBB Índice do poder de compra	0.892606	0.701712	0.795093
	IBC2 Nº de beneficiários do rendimento mínimo garantido	0.862459	0.695058	0.770904
	BD1 Nº de automóveis vendidos	0.952147	0.798929	0.877434
POPULAÇÃO	ICA1 Nº de habitantes	0.823569	0.566442	0.682036
	ICA3 Densidade Populacional (nº de residentes / km2)	0.942245	0.865341	0.882382
	ICB1 Nº de residentes maiores de 75 anos	0.944535	0.788048	0.873923
	ICC3 Peso da população urbana na população total	0.726676	0.550611	0.660105
SERVIÇOS	ICD2 Nº de estrangeiros	0.973030	0.871677	0.932300
	ICD3 Nº de estrangeiros por habitante	0.644563	0.639129	0.678147
	IDA1 Despesas das CM em cultura e desporto	0.861956	0.598775	0.714764
	IDB2 Nº de galerias e outros espaços culturais	0.862357	0.989164	0.931309
	IDC1 Instituições bancárias	0.977374	0.931954	0.952231
	IDD5 Nº de Centros de Saúde + nº de Hospitais	0.735705	0.577239	0.682400
	IDD6 Nº de Centros de Saúde + nº de Hospitais /km2	0.897201	0.883595	0.883198
	IDE1 Nº de estabelecimentos hoteleiros	0.923281	0.978967	0.974963

Observando a informação disponível na tabela 11 podemos constatar que existem variáveis independentes que quando analisadas conjuntamente apresentam correlações entre si, o que de alguma forma nos pode levar a concluir que estas variáveis estão a explicar o mesmo, ou que estão relacionadas entre si. Estas variáveis quando analisadas conjuntamente podem levar-nos a cometer alguns erros de interpretação.

**Tabela 11:** Relação entre todas as variáveis independentes selecionadas e as variáveis dependente

Correlação	IAC1	IAE1	IAE2	BA	IBB	IBC2	BD1	ICA1	ICA3	ICB1	ICC3	ICD2	ICD3	IDA1	IDB2	IDC1	IDD5	IDD6	IDE1	
IAC1	1.000000	IAC1																		
IAE1	0.539816	1.000000	IAE1																	
IAE2	0.641442	0.661161	1.000000	IAE2																
BA	0.774998	0.300232	0.711233	1.000000	BA															
IBB	0.637645	0.518948	0.854665	0.829668	1.000000	IBB														
IBC2	0.865240	0.723579	0.831224	0.794925	0.760414	1.000000	IBC2													
1	0.879088	0.657995	0.884795	0.882180	0.869565	0.961748	1.000000	BD1												
ICA1	0.774173	0.824936	0.894809	0.704069	0.788596	0.968149	0.937650	1.000000	ICA1											
ICA3	0.772267	0.420755	0.799960	0.977898	0.870671	0.870074	0.927211	0.811536	1.000000	ICA3										
ICB1	0.884980	0.687960	0.862180	0.857717	0.841472	0.962811	0.990508	0.940445	0.901308	1.000000	ICB1									
ICC3	0.584142	0.555586	0.632816	0.621650	0.847275	0.663875	0.705585	0.691221	0.668439	0.710685	1.000000	ICC3								
ICD2	0.889576	0.543700	0.843116	0.929509	0.867832	0.916437	0.984338	0.869294	0.946000	0.972411	0.683254	1.000000	ICD2							
ICD3	0.533910	0.103113	0.480038	0.632140	0.648342	0.429333	0.575379	0.395015	0.586749	0.561731	0.532474	0.656034	1.000000	ICD3						
IDA1	0.701837	0.720060	0.951414	0.753544	0.867733	0.897349	0.936282	0.945574	0.842688	0.924651	0.656181	0.893069	0.498735	1.000000	IDA1					
IDB2	0.769818	0.174628	0.512424	0.932624	0.689555	0.656969	0.757438	0.523420	0.850711	0.748366	0.556292	0.831563	0.629797	0.558503	1.000000	IDB2				
IDC1	0.849872	0.452868	0.777512	0.978503	0.859697	0.872539	0.948152	0.800206	0.970376	0.934075	0.678447	0.974793	0.633947	0.827185	0.909374	1.000000	IDC1			
IDD5	0.645831	0.576829	0.725068	0.581311	0.663796	0.697115	0.727834	0.719595	0.623292	0.748872	0.670078	0.708010	0.406965	0.710200	0.543299	0.655956	1.000000	IDD5		
IDD6	0.713865	0.291673	0.703833	0.910345	0.786192	0.733563	0.808723	0.664685	0.900326	0.788596	0.664047	0.853009	0.568300	0.685622	0.868368	0.891948	0.748307	1.000000	IDD6	
IDE1	0.783523	0.270931	0.598469	0.933461	0.766648	0.682544	0.806242	0.582161	0.862016	0.802066	0.618597	0.876114	0.676176	0.637861	0.969090	0.932116	0.625610	0.880376	1.000000	IDE1



Resumindo, tendo em conta o total de municípios em análise sejam eles rurais ou urbanos, podemos afirmar que o índice de atração turística de uma região, considerando as quatro dimensões em estudo, é explicado pelas variáveis apresentadas pela tabela 12. Os resultados foram alcançados através da análise das correlações existentes entre as variáveis dependentes (índice relativo aos levantamentos internacionais em milhares de Euros (ILIM), índice relativo as dormidas nacionais (IDORN) e dormidas de estrangeiros (IDORE) estas duas últimas medidas tem por base o número de noites) e as variáveis explicativas relativas ao Ambiente e Território, Economia, População e Serviços.

**Tabela 12:** Resumo das variáveis explicativas do índice de atração turística para os 44 municípios em estudo

Variáveis		ILIM	IDORE	IDORN
<b>AMBIENTE E TERRITÓRIO</b>	IAC1 Dispendio das CM em paisagem e biodiversidade	0.831172	0.815354	0.858588
<b>ECONOMIA</b>	IBA Densidade das empresas (nº empresas / km2)	0.940505	0.942035	0.928642
	IBD1 nº de automóveis vendidos	0.952147	0.798929	0.877434
<b>POPULAÇÃO</b>	ICA3 Densidade Populacional (nº de residentes / km2)	0.942245	0.865341	0.882382
	ICB1 nº de residentes maiores de 75 anos	0.944535	0.788048	0.873923
<b>SERVIÇOS</b>	ICD2 nº de estrangeiros	0.973030	0.871677	0.932300
	IDB2 nº de galerias e outros espaços culturais	0.862357	0.989164	0.931309
	IDC1 Instituições bancárias	0.977374	0.931954	0.952231
	IDD6 nº de Centros de Saúde + nº de Hospitais /km2	0.897201	0.883595	0.883198
	IDE1 nº de estabelecimentos hoteleiros	0.923281	0.978967	0.974963

#### **4.5 Processo de seleção das variáveis relevantes para municípios rurais**

Os 44 Municípios em análise são constituídos por regiões carateristicamente rurais e carateristicamente urbanas. A fronteira entre rural e urbana é passível de ser identificada de forma a seleccionar as regiões mais rurais e definir o índice de atração turística para esses concelhos.

Para ser possível identificar os concelhos rurais foi, em primeiro lugar, tida em conta a densidade populacional de cada concelho, considerando que a região é rural quando têm menos de 201 habitantes/km<sup>2</sup>. Este é um critério numérico, o que em alguns casos pode não corresponder completamente a realidade presente numa determinada região, considerando-se assim algumas exceções. No distrito do Porto, caraterizado tipicamente por elevadas densidades populacionais, os concelhos de Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses e Penafiel cuja densidade populacional é superior ao critério estabelecido entre rural e urbano são concelhos tipicamente rurais, paralelamente justificado pelo seu afastamento da capital de distrito e pelo uso dado aos solos que em tudo se aproxima dos concelhos claramente classificados como rurais. Por outro lado, os concelhos de Vila Real e de Chaves por integrarem essas cidades de forte densidade populacional face os restantes municípios do distrito de Vila Real e Bragança, são dois concelhos passíveis de serem considerados tipicamente urbanos e ainda tendo em conta o uso do solo para fins urbanos muito superior aos dos restantes concelhos em estudo.

Tendo como base os critérios acima identificados foi criada uma variável binária (*dummy*) relativa à ruralidade de um município designada por RUR, que assume o valor 1 para os municípios identificados como rurais e 0 para os outros. Assim, a partir deste momento vamos focar o nosso estudo nos concelhos identificados como rurais de forma a determinar o seu índice de atratividade turística.

Na tabela seguinte é apresentada a relação de municípios considerados como tipicamente rurais por distrito.

**Tabela 13:** Seleção dos Municípios tipicamente rurais

<b>Distrito</b>	<b>Município</b>	<b>Densidade Populacional (Habitantes/km<sup>2</sup>)</b>
Grande Porto	Amarante	201,873
	Baião	121,927
	<b>Felgueiras</b>	504,736
	<b>Lousada</b>	484,518
	<b>Marco de Canaveses</b>	267,927
	Mondim de Basto	48,673
	<b>Penafiel</b>	338,027
Vila Real	Ribeira de Pena	32,964
	Alijó	46,245
	Carrazeda de Ansiães	25,400
	Freixo de Espada à Cinta	16,164
	Mesão Frio	171,427
	Peso da Régua	186,791
	Sabrosa	42,964
	Santa Marta de Penaguião	119,682
Bragança	Torre de Moncorvo	17,355
	Vila Flor	28,682
	Alfândega da Fé	17,364
	Boticas	18,636
	Bragança	29,391
	Macedo de Cavaleiros	24,345
	Miranda do Douro	15,545
	Mirandela	38,818
	Mogadouro	14,018
	Montalegre	14,800
	Murça	33,591
	Valpaços	34,427
	Vila Pouca de Aguiar	34,145
	Vimioso	10,427
	Vinhais	14,191

#### **4.5.1. Análise da Variáveis independentes representativas dos concelhos mais rurais**

Tendo em conta o estudo preliminar das variáveis explicativas para as quatro dimensões em análise: Ambiente, Economia, População e Serviços, vamos analisar as variáveis que melhor explicavam a procura, mas agora considerando apenas os concelhos definidos como rurais.

Na tabela 14 são apresentadas as variáveis explicativas e suas correlações com as variáveis dependentes e na tabela 15 apresentamos as correlações entre todas as variáveis.

Para os concelhos rurais os resultados são obviamente diferentes dos obtidos quando analisados os 44 concelhos, o que reforça a razão da separação dos dois grupos.

Quando analisamos os levantamentos internacionais em milhares de euros (ILIM) nos concelhos mais rurais, constatamos que estes estão relacionados com o uso do solo urbano (IAE1), uso de solo para equipamentos e parques (IAE2), índice do poder de compra (IBB), número de automóveis vendidos (IBD1) sendo que este índice está muito correlacionado com outras variáveis relevantes, número de residentes (ICA1), número de residentes maiores de 75 anos (ICB1) e número de estrangeiros no conselho (ICD2).

No caso das dormidas estrangeiras (IDORE) através desta análise apenas é explicado pela variável independente relativa ao índice de poder de compra (IBB), o número de centros de saúdes e hospitais (IDD5) e a existência de estabelecimentos hoteleiros (IDE1).

No caso das dormidas nacionais (IDORN) a análise efetuada depende muito pouco da dimensão ambiente (IAC1, IAE1 e IAE2), mas está mais relacionada com o índice de poder de compra (IBB), ligeiramente relacionado com o índice relativo ao número de carros vendidos (IBD1), peso da população nas cidades (ICC3), nº de estrangeiros no conselho (ICD2), galerias e espaços culturais (DB2), número de centros de saúde e hospitais (IDD5) e a existência de estabelecimentos hoteleiros (IDE2).

Tendo em conta os resultados obtidos através desta análise concluímos que para os municípios rurais as variáveis independentes selecionadas não são suficientes para

explicar a procura turística dirigida aos concelhos em estudo. Como já foi referido anteriormente para o estudo em causa poderíamos concluir que apenas uma análise quantitativa de variáveis pode não ser suficiente para explicar a procura de um destino turístico. Assim, vamos introduzir variáveis *dummy* que nos parecem ser relevantes na explicação das variações das procuras dos turistas nacionais e estrangeiros.

**Tabela 14:** Correlação das variáveis independentes com o ILIM, IDORE e IDORN para os concelhos mais rurais

Variáveis	ILIM	IDORE	IDORN
IAC1 Despesa das CM em paisagem e biodiversidade	0.111172	0.198541	0.279472
IAE1 Uso do solo urbano	0.804260	0.341823	0.270109
IAE2 Uso do solo equipamentos e parques	0.775797	0.527078	0.438264
BA Densidade das empresas (nº/km2)	0.463263	0.123976	0.030821
IBB Índice poder de compra	0.687118	0.783732	0.873817
IBC2 Nº beneficiários rendimento mínimo	0.582686	0.171421	0.044248
BD1 Nº de automóveis novos vendidos	0.885109	0.559242	0.520066
BD2 Taxa Crescimento das vendas automóveis	0.053069	-0.148266	-0.237357
ICA1 Nº residentes	0.813529	0.374666	0.276313
ICA3 Densidade da população (nº resid/km2)	0.438799	0.104424	0.002954
ICB1Nº de residentes > 75 anos	0.909200	0.536338	0.504343
ICC3 Peso da população das cidades	0.662345	0.690136	0.806828
ICD2 Nº de estrangeiros	0.852162	0.633481	0.714806
ICD3 Nº estrangeiros/habitantes	0.073511	0.187438	0.361721
IDA1 Despesas das Câmaras Municipais em Cultura e Deporto	0.831380	0.561636	0.501639
IDB2 Galerias e outros espaços culturais	0.423152	0.609226	0.634566
IDC1 Instituições bancárias	0.852291	0.454992	0.415300
IDD5 Nº Centros saúde + hospitais	0.581225	0.774489	0.663109
IDD6 Nº Centros saúde + hospitais/km <sup>2</sup>	0.116922	0.299438	0.175003
IDE1 Nº estabelecimentos hoteleiros	0.669838	0.851605	0.857046
IDE2 Nº camas por 1000 habitantes	0.177129	0.570769	0.655369

**Figura 15:** Correlação entre as variáveis independentes em estudo para os municípios apenas rurais

Correlação	IAC1	IAE1	IAE2	BA	IBB	IBC2	BD1	BD2	ICA1	ICA3	ICB1	ICC3	ICD2	ICD3	IDA1	IDB2	IDC1	IDD5	IDD6	IDE1	IDE2
IAC1	1.000.000																				
IAE1	0.006710	1.000.000																			
IAE2	- 0.025394	0.784564	1.000.000																		
BA	- 0.104901	0.686871	0.587481	1.000.000																	
IBB	0.301672	0.455826	0.678422	0.355891	1.000.000																
IBC2	- 0.130784	0.790006	0.546925	0.706441	0.252425	1.000.000															
BD1	0.028769	0.882160	0.867321	0.658692	0.718305	0.771431	1.000.000														
BD2	- 0.409092	0.181439	0.185589	0.457404	- 0.075017	0.440614	0.240698	1.000.000													
ICA1	- 0.055661	0.935186	0.795625	0.786713	0.504778	0.887530	0.942425	0.348513	1.000.000												
ICA3	- 0.133274	0.682204	0.563486	0.991578	0.319168	0.758264	0.656202	0.486722	0.793544	1.000.000											
ICB1	0.068957	0.885394	0.759829	0.464186	0.594128	0.692902	0.916422	0.060508	0.873242	0.458115	1.000.000										
ICC3	0.360214	0.356723	0.508400	0.234288	0.898440	0.181958	0.588464	- 0.179105	0.402056	0.189248	0.569616	1.000.000									
ICD2	0.112618	0.659087	0.729047	0.316130	0.778521	0.490332	0.870299	0.045275	0.698068	0.311189	0.849423	0.689903	1.000.000								
ICD3	0.282855	- 0.185340	- 0.001198	0.290856	0.285704	0.300020	0.012726	- 0.022452	- 0.161515	- 0.309394	0.034882	0.304595	0.405228	1.000.000							
IDA1	0.100167	0.854667	0.870725	0.460721	0.608365	0.566084	0.872500	0.069597	0.806683	0.440934	0.859798	0.426193	0.772262	0.032023	1.000.000						
IDB2	0.096981	0.450881	0.587096	0.244194	0.619264	0.141926	0.482762	- 0.149516	0.379814	0.220298	0.438520	0.445530	0.495378	0.226666	0.562374	1.000.000					
IDC1	0.110712	0.772445	0.823368	0.620083	0.647499	0.635552	0.881717	0.251131	0.832837	0.611802	0.799255	0.542455	0.753195	- 0.040497	0.760446	0.320477	1.000.000				
IDD5	0.048815	0.462207	0.552704	0.192740	0.589807	0.282066	0.564222	0.021337	0.441486	0.169798	0.613190	0.520688	0.536531	0.028113	0.628557	0.592150	0.455638	1.000.000			
IDD6	- 0.123641	0.142648	0.195775	0.630601	0.300856	0.400237	0.253414	0.364133	0.330649	0.655663	0.071215	0.252534	0.026396	- 0.247975	0.002201	0.198610	0.266875	0.306112	1.000.000		
IDE1	0.421348	0.454597	0.559281	0.077713	0.786404	0.124562	0.584711	- 0.319614	0.386013	0.047479	0.602048	0.681518	0.709083	0.307400	0.659871	0.753665	0.516457	0.699110	0.029408	1.000.000	
IDE2	0.696857	- 0.042490	0.046141	- 0.205206	0.524990	- 0.253222	0.065189	- 0.494602	- 0.116285	- 0.232433	0.066691	0.485082	0.249334	0.311745	0.132330	0.461394	0.128421	0.322397	- 0.002769	0.761678	1.000.000

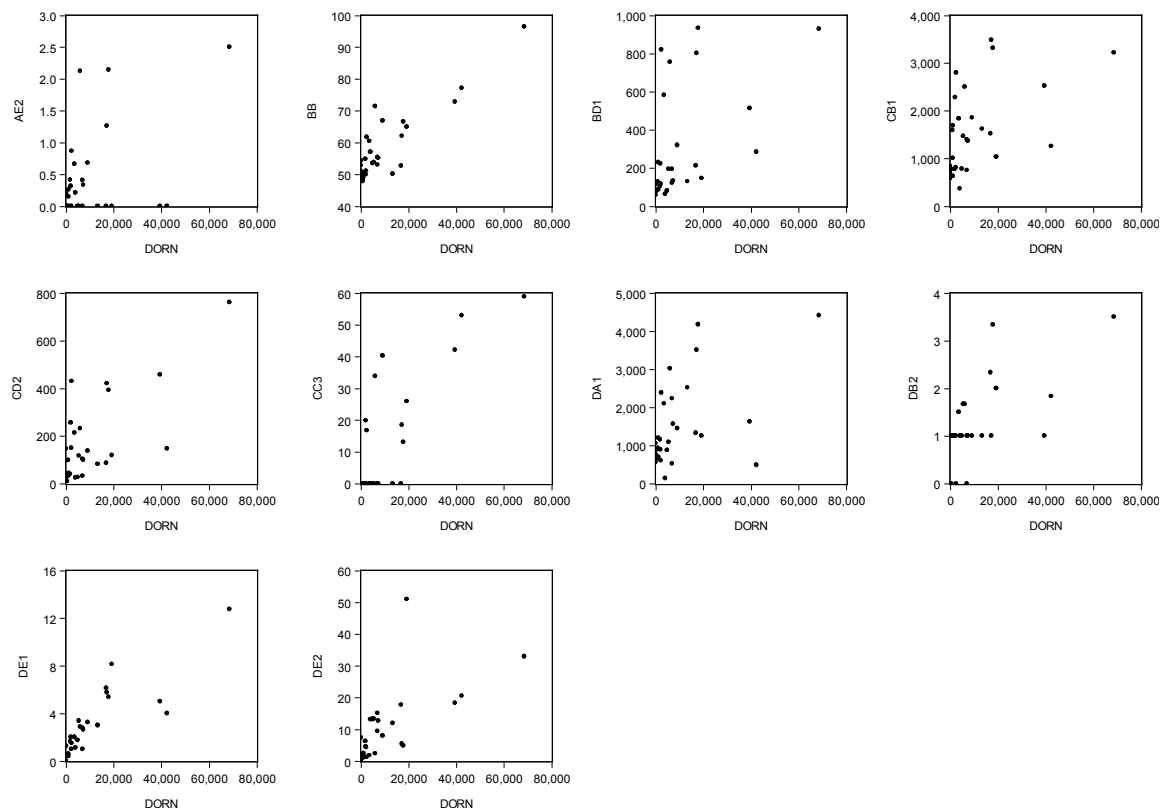
#### **4.5.2. Estimação do índice e sua constituição para os concelhos tipicamente mais rurais**

Com base nos resultados obtidos na análise efetuada anteriormente vamos calcular o *índice de Atratividade Turística* (IAT), utilizando um critério de atribuição de ponderações conforme a relevância que atribuímos a cada variável e a cada dimensão geradora do índice.

Em primeiro lugar e dentro das quatro dimensões em estudo, tendo por base a informação disponível nas tabelas 14 e 15, considera-se que cada uma das dimensões tem uma ponderação distinta conforme se refira à procura de turistas nacionais ou internacionais.

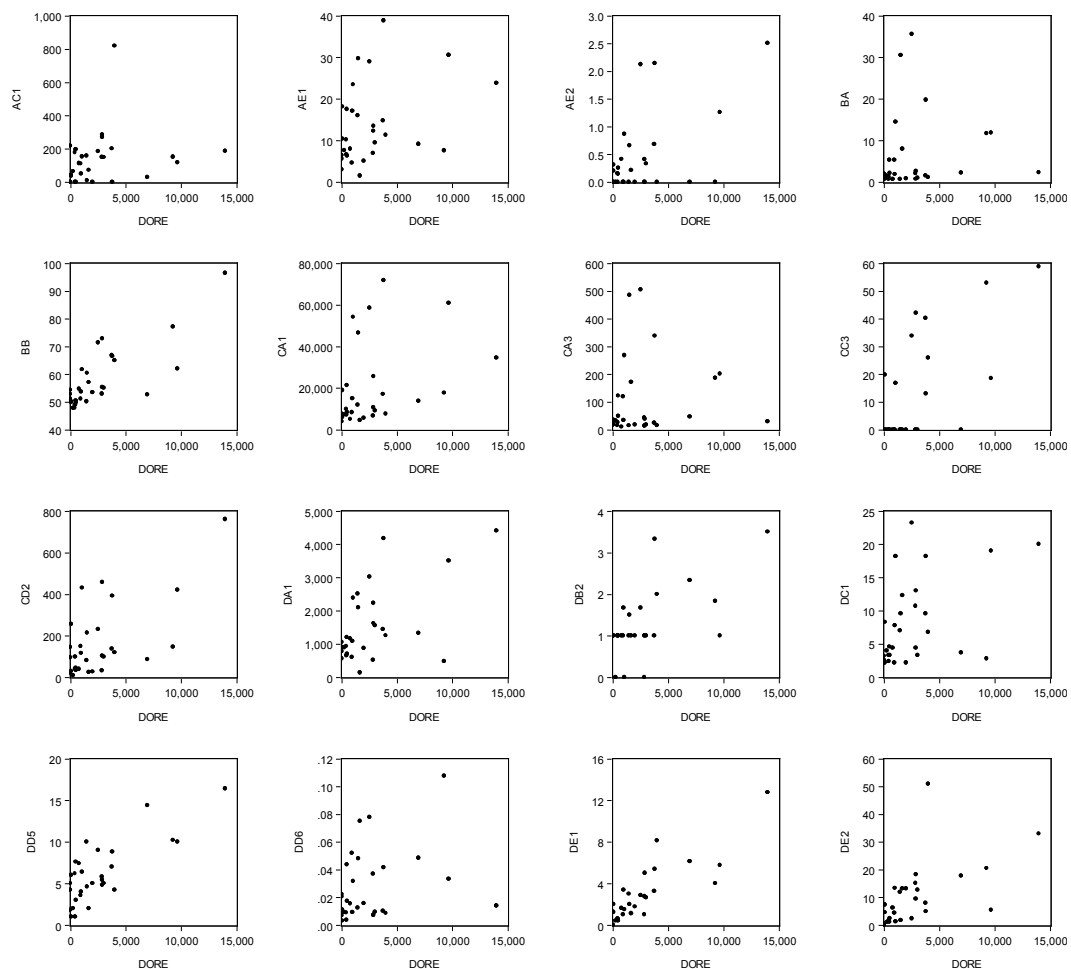
De seguida podemos observar os gráficos representativos das relações entre a variável DORN (gráfico 1) e as variáveis quantitativas que a explicam; entre a variável DORE (gráfico 2) e as variáveis quantitativas que a explicam e a variável LIM (gráfico 3) e as suas variáveis quantitativas explicativas onde se constata que as relações entre a variável explicada e as respetivas variáveis explicativas são positivas.

Esta constatação é importante porque na construção do índice de atração com base em diferentes pesos atribuídos a diferentes variáveis não haverá nenhum com sinal negativo.

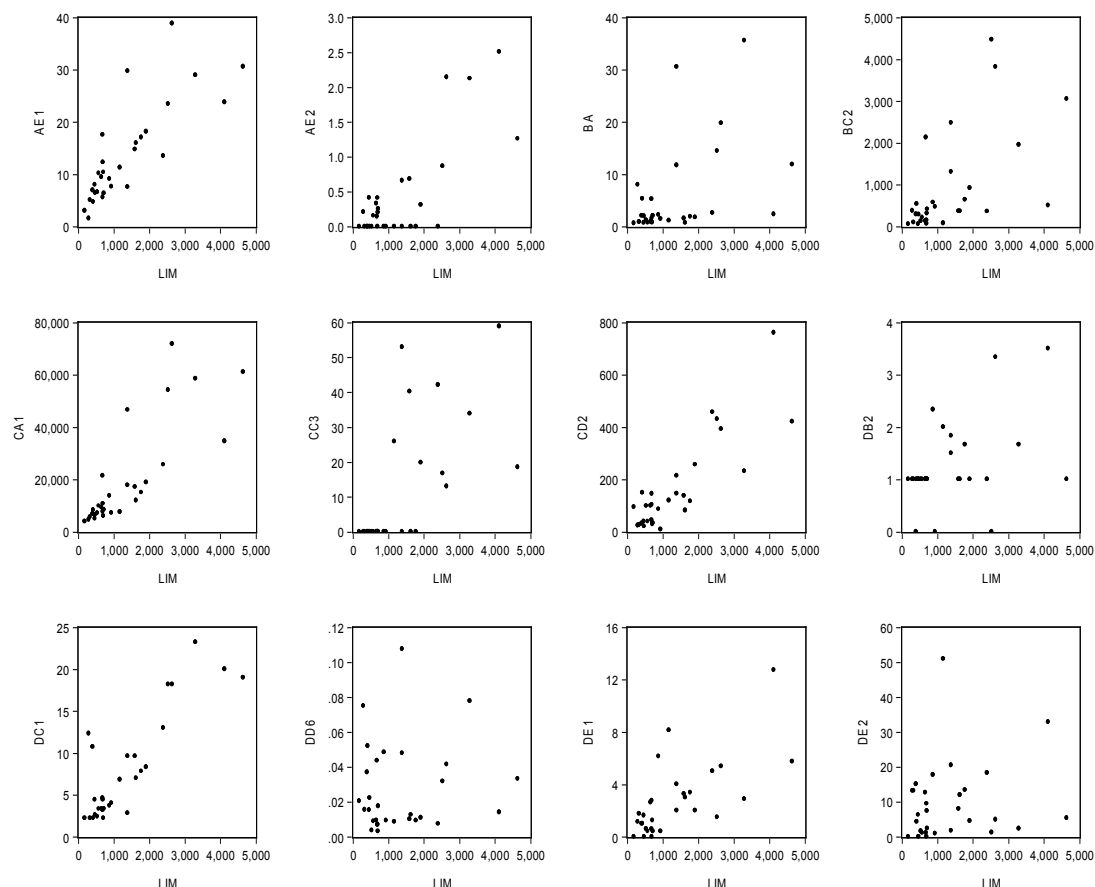


**Gráfico N°1:** Relação entre o nº de dormidas nacionais e as variáveis explicativas





**Gráfico N°2:** Relação entre o nº de dormidas estrangeiras e as variáveis explicativas



**Gráfico N°3:** Relação entre os levantamentos internacionais e as variáveis explicativas

Para a construção final do índice de atração turística (IAT) há agora que combinar a influência conjunta das variáveis que selecionamos por forma a obter uma única variável capaz de explicar as decisões dos turistas. Para tanto, é necessário hierarquizar a importância relativa de cada uma das variáveis que compõem o IAT. Esta hierarquização não pode ser baseada em nenhum estudo prévio visto ser este o pioneiro neste tipo de análise. Assim sendo esta hierarquização terá muito de empírico e de subjetivo sendo evidentemente objeto de críticas várias. Reconhecendo portanto as limitações deste processo não nos coibimos de prosseguir tendo embora a noção que outras ponderações pudessem ter sido consideradas embora as selecionadas nos pareçam consistentes com a realidade que estamos a analisar.

No caso específico da procura turística dos turistas nacionais a hierarquização da importância dada a cada uma das dimensões foi a seguinte: 40% para as variáveis que integram a dimensão dos serviços, visto serem a base da oferta; 30% para as variáveis

que integram a dimensão económica, pela sua relevância geração e sustentação dos serviços, 20% para as variáveis integrantes da dimensão ambiental porque, embora menos relevantes que as das dimensões anteriores assumem uma parte relevante nas motivações da procura turística. Finalmente, os restantes 10% para as variáveis da dimensão população.

Às variáveis integrantes de cada um destes grupos foram também atribuídos pesos relativos tendo em conta as correlações verificadas com as respetivas variáveis dependentes e as que exibiam entre elas. No ambiente tendo em conta que IAE2 está duas vezes mais correlacionado com IDORN que IAE1 e IAC1, pelo que a sua ponderação passa a ser: 0,25IAC1, 0,25IAE1 e 0,5 IAE2. Na dinâmica económica foram selecionadas apenas duas variáveis sendo que a IBB está significativamente correlacionada com IDORN, enquanto a correlação de BD1 é significativamente inferior, assim ponderou-se os seguintes pesos 2/3 IBB e 1/3 IBD1. No caso da população e dos serviços a correlação das variáveis são muito próximas e, portanto, foram atribuídos os mesmos pesos para cada uma das variáveis.

Assim, a equação que define o *Índice de atratividade turística* para os turistas nacionais ( $IAT_N$ ) é representado pela equação 4.1:

$$IAT_N = 0,4 * (1/3 IDB2 + 1/3 IDD5 + 1/3 IDE2) + 0,3 * (2/3 IBB + 1/3 IBD1) + 0,2 * (1/4 IAC1 + 1/4 IAE1 + 2/4 IAE2) + 0,1 * (1/2 ICC3 + 1/2 ICD2) \quad (4.1)$$

No caso específico da procura turística dos turistas internacionais a hierarquização da importância dada a cada uma das dimensões foi a seguinte: 50% para as variáveis que integram a dimensão dos serviços, porque foi considerado que os turistas internacionais atribuem maior importância aos serviços do que os turistas nacionais; 20% para as variáveis que integram a dimensão económica; 20% para as variáveis integrantes da dimensão ambiental e os restantes 10% para as variáveis da dimensão população.

Assim, a equação que define o *Índice de atratividade turística* para os turistas estrangeiros ( $IAT_E$ ) é representado pela equação 4.2:

$$\begin{aligned}
 IAT_I = & 0,5*(0,2 IDB2 + 0,2 IDC1 + 0,2 IDD6 + 0,4 IDE2) + \\
 & 0,2*(0,3 IBA + 0,6 IBB + 0,1 IBC2) + 0,2*(0,5 IAE1 + 0,5 IAE2) + \\
 & 0,1*(1/3 ICA3 + 1/3 ICC3 + 1/3 CD2)
 \end{aligned}
 \tag{4.2}$$

#### 4.6 Seleção das variáveis qualitativas

Quando se pretende analisar a atratividade turística de uma região tipicamente rural as variáveis independentes atrás identificadas tornam-se insuficientes, visto que há aspetos qualitativos que não podem ser ignorados sob pena de perspetivar deficientemente as razões que levam os turistas a escolher destinos. Assim sendo, foram definidas variáveis binárias para algumas características consideradas relevantes no processo de escolha de destinos turísticos como os que agora analisamos.

As variáveis Dummy consideradas são: ALDEIA que assume o valor 1 para os concelhos que têm aldeias preservadas e zero, caso contrário; BAR que assume o valor 1 quando existem barragens e zero, caso contrário; 5Estrelas que assume o valor 1 quando existem pousadas de Portugal e/ou solares de alta qualidade e zero, caso contrário; DDP que assume o valor 1 quando a densidade populacional >100 e zero, caso contrário; FRONT que assume o valor 1 quando faz fronteira com Espanha e zero, caso contrário; POUS que assume o valor 1 quando existem Pousadas e zero, caso contrário; RIBD que assume o valor 1 quando ribeirão do Douro e zero, caso contrário; SOLAR que assume o valor 1 com solares e zero, caso contrário; TERMAS que assume o valor 1 quando existem termas e zero, caso contrário.

Nas tabelas 16 e 17 podemos constatar que das *dummies* analisadas apenas as representativas das aldeias preservadas, da densidade populacional, das Pousadas de Portugal e Solares estão correlacionadas com as variáveis a explicar.

A variável ILIM está positivamente correlacionada com as ALDEIAS, 5ESTRELAS e SOLARES e DDP. As variáveis IDORE e IDORN estão correlacionadas com as *dummies* relativas à oferta turística de hotéis de 5 estrelas, pousadas e solares, ou seja o turista doméstico e internacional procura o meio rural quando este tem como oferta alojamento de elevada qualidade.

**Tabela 16:** Correlação das variáveis independentes com o ILIM, IDORE e IDORN e as *dummies* selecionadas para os concelhos mais rurais

Dummy	ILIM	IDORE	IDORN
ALDEIA	<b>0.558246</b>	0.222109	0.287636
BAR	-0.113890	0.265773	0.202711
5ESTRELAS	<b>0.559352</b>	<b>0.850230</b>	<b>0.753051</b>
DDP	<b>0.619030</b>	0.150796	-0.019692
FRONT	-0.037089	0.126879	0.210411
POUS	0.492991	<b>0.884308</b>	<b>0.680279</b>
RIBD	-0.240998	0.105827	0.023224
SOLAR	<b>0.507884</b>	<b>0.671893</b>	<b>0.671470</b>
TERMAS	-0.234289	-0.246432	-0.221988

**Tabela 17:** Correlação entre as *dummies* selecionadas para os concelhos mais rurais

Correlação	ALDEIA	BAR	5 ESTRELAS	DDP	FRONT	POUS	RIBD	SOLAR	TERMAS
<b>ALDEIA</b>	1.000.000								
<b>BAR</b>	-0.154672	1.000.000							
<b>5ESTRELAS</b>	0.215850	0.229117	1.000.000						
<b>DDP</b>	<b>0.402147</b>	-0.200000	0.104144	1.000.000					
<b>FRONT</b>	-0.092675	0.176227	0.106447	-0.246718	1.000.000				
<b>POUS</b>	0.108525	0.087706	<b>0.858600</b>	0.087706	0.015456	1.000.000			
<b>RIBD</b>	-0.056478	0.365148	0.076056	-3.55E-17	0.032174	0.080064	1.000.000		
<b>SOLAR</b>	0.256606	0.292770	<b>0.924871</b>	0.097590	0.154782	<b>0.599145</b>	0.059391	1.000.000	
<b>TERMAS</b>	-0.145992	-0.067420	-0.259791	-0.067420	-0.154456	-0.236525	0.123091	-0.230283	1.000.000

Concluindo, tendo em conta as *Dummys* em estudo, o turista que procura o turismo nas regiões mais rurais limita a sua escolha de acordo com as ofertas de alojamento de elevados padrões de qualidade existentes no local.

#### 4.7 Estimação da procura para os concelhos mais rurais

Tendo como base e a curva da procura tanto nacional como internacional, já referida anteriormente para os concelhos mais rurais, obtemos as equações 4.3, 4.4 e 4.5:

Procura Doméstica dirigida a concelhos rurais (DORN):

$${}^D_R T_i = \beta_1 + \beta_5 IAT_D + \beta_6 5ESTRELAS \quad (4.3)$$

Procura Internacional dirigida aos concelhos rurais (LIM):

$${}^I_R T_i = \beta_1 + \beta_5 IAT_i + \beta_6 ALDEIAS + \beta_7 POUS + \beta_8 RIBD \quad (4.4)$$

Procura Internacional dirigida aos concelhos rurais (DORE):

$${}^I_R T_i = \beta_1 + \beta_5 IAT_i + \beta_7 POUS \quad (4.5)$$

Nestas equações foi considerado o IAT e as variáveis Dummy que apresentavam melhor correlação coma as variáveis dependentes.

Desta forma, através do programa Eviews, utilizando o estimador consistente de White por forma a ultrapassar eventuais problemas de heteroscedasticidade foi possível obter os resultados apresentados na tabela 18 e gráfico 4 para a procura doméstica e tabelas 18 e 19 e gráficos 5 e 6 para a procura internacional.

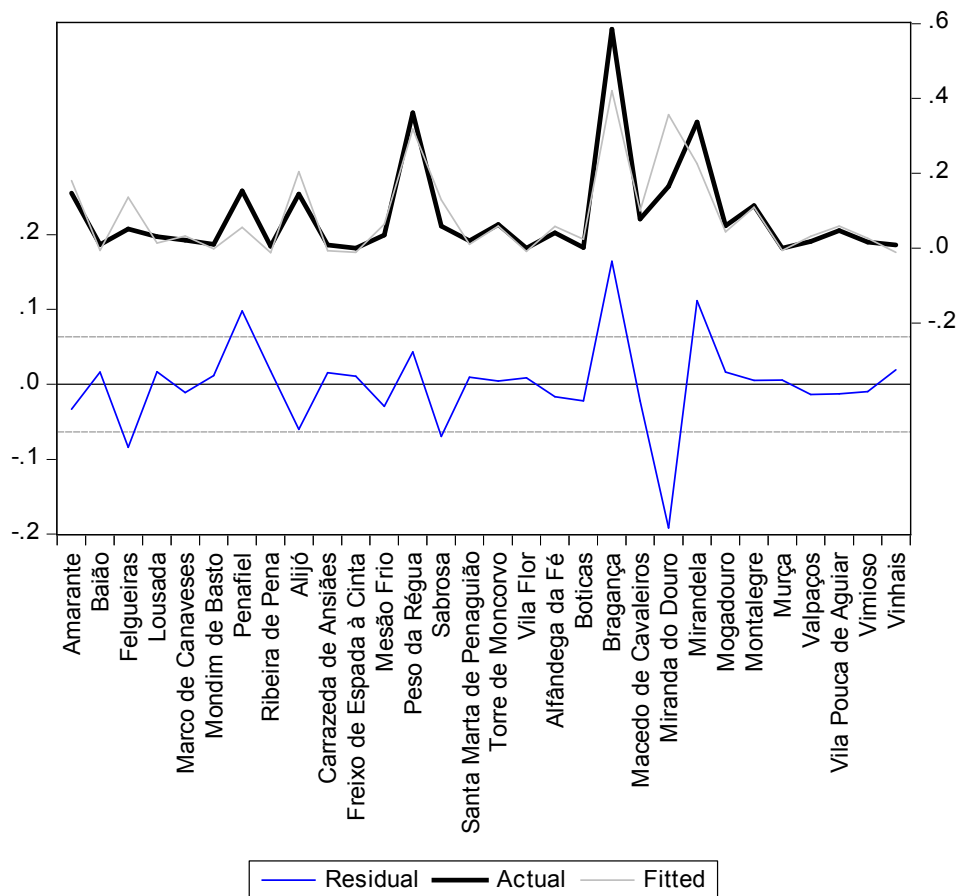
**Tabela 18:** Estimação da procura turística doméstica

Dependent Variable: IDORN

Included observations: 30

White heteroskedasticity-consistent standard errors & covariance

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.098023	0.052580	-1.864268	<b>0.0732</b>
IATN	0.008504	0.003703	2.296616	<b>0.0296</b>
5Estrelas	0.062193	0.025312	2.457034	<b>0.0207</b>
R-squared	<b>0.779891</b>	Mean dependent var		0.086510
Adjusted R-squared	0.763587	S.D. dependent var		0.130810
F-statistic	<b>47.83330</b>			
Prob(F-statistic)	0.000000			



**Gráfico N°4:** Resultados obtidos na estimação da procura doméstica.

Os resultados da estimação apontam para um bom ajustamento como se pode verificar não só pelo gráfico dos valores observados e ajustados, mas também através da informação estatística obtida. Com efeito, o coeficiente de determinação ( $R^2$ ) indica que 78 % variações da variável dependente (IDORN) são justificadas pelo modelo e apenas 22% não são explicadas pelas variáveis incluídas. Adicionalmente, a regressão é globalmente significativa como indica a estatística Fobs=47.8 (p-value: 0.0000), e as variáveis explicativas são também individualmente significativas como indicam as estatísticas t e os respetivos p-values. Em particular, a variável IATN é estatisticamente significativa com um nível de confiança de 97%.

**Tabela 19:** Estimação da procura turística internacional considerando o ILIM

Dependent Variable: ILIM

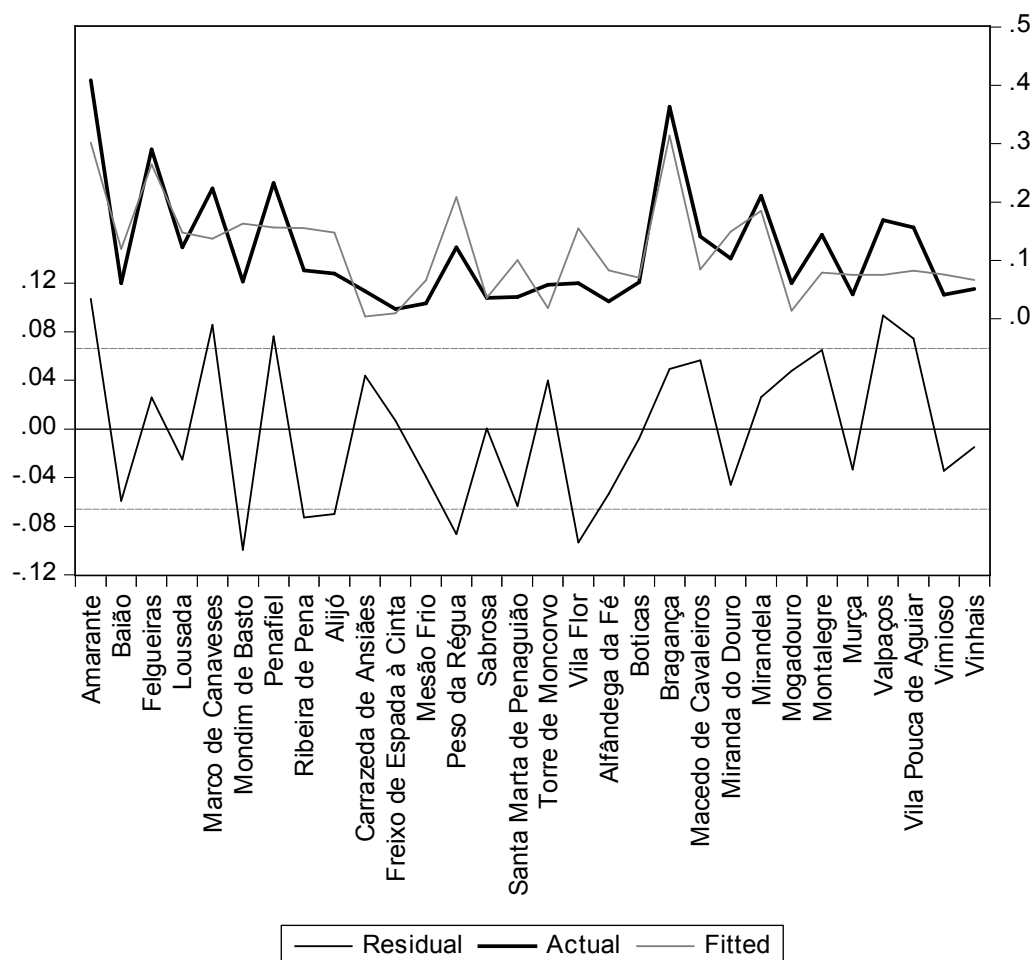
Sample: 1 30

Included observations: 30

White heteroskedasticity-consistent standard errors & covariance

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.047183	0.024083	1.959225	<b>0.0613</b>
IATE_2	0.001406	0.000560	2.510051	<b>0.0189</b>
D_ALDEIA	0.087822	0.030115	2.916221	<b>0.0074</b>
D_POUS	0.103781	0.047151	2.201062	<b>0.0372</b>
D_RIBD	-0.061735	0.022811	-2.706358	<b>0.0121</b>
R-squared	<b>0.630658</b>	Mean dependent var		0.118125
Adjusted R-squared	0.571564	S.D. dependent var		0.101081
F-statistic	<b>10.67200</b>			
Prob(F-statistic)	0.000035			





**Gráfico N°5:** Resultados obtidos na estimação da procura internacional com o LIM

Os resultados da estimação apontam para um bom ajustamento como se pode verificar não só pelo gráfico dos valores observados e ajustados, mas também através da informação estatística obtida. Com efeito, o coeficiente de determinação ( $R^2$ ) indica que 63 % variações da variável dependente (ILIM) são justificadas pelo modelo e 37% não são explicadas pelas variáveis incluídas. Adicionalmente, a regressão é globalmente significativa como indica a estatística  $F_{obs}=10,7$  (p-value: 0.0000), e as variáveis explicativas são também individualmente significativas como indicam as estatísticas t e os respetivos p-values. Em particular, a variável IATE\_2 é estatisticamente significativa com um nível de confiança de 98%.

**Tabela 20:** Estimação da procura turística internacional considerando o IDORE

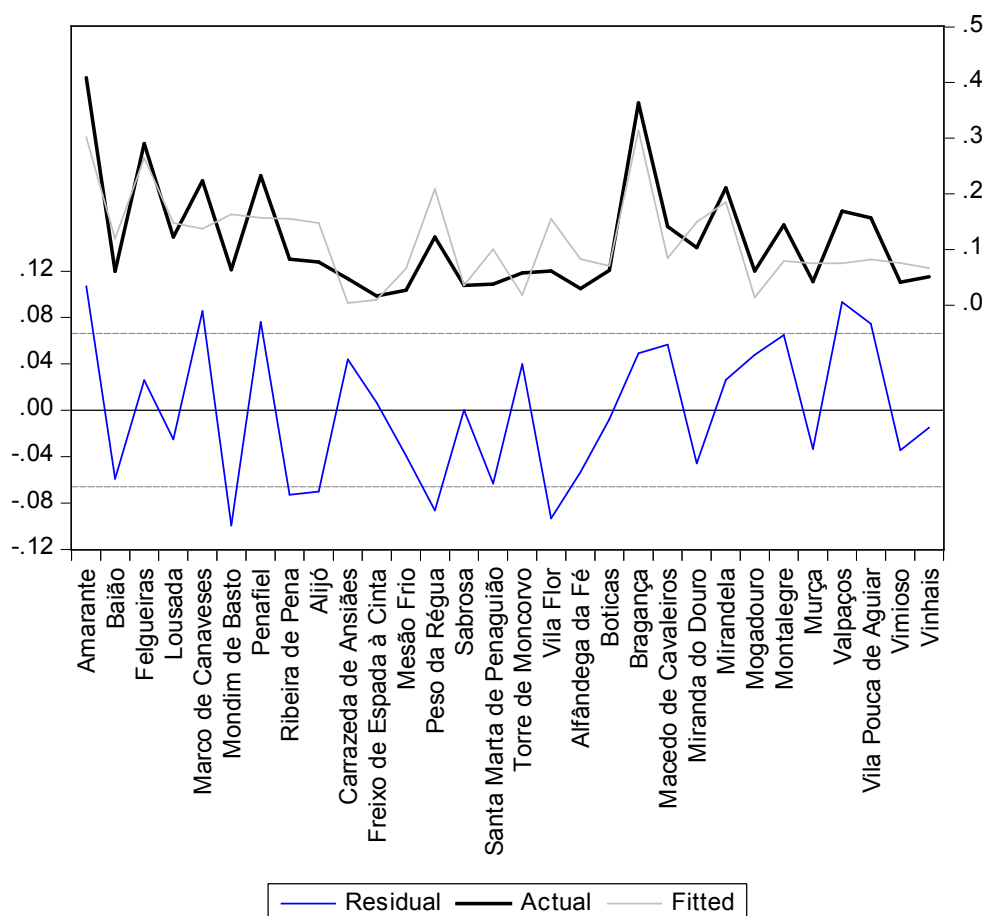
Dependent Variable: IDORE

Sample: 1 30

Included observations: 30

White heteroskedasticity-consistent standard errors & covariance

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.002514	0.002083	1.207019	<b>0.2379</b>
IATE_2	0.000157	5.69E-05	2.765721	<b>0.0101</b>
D_POUS	0.039631	0.007286	5.439662	<b>0.0000</b>
R-squared	<b>0.815361</b>	Mean dependent var		0.013350
Adjusted R-squared	0.801685	S.D. dependent var		0.016981
F-statistic	<b>59.61584</b>			
Prob(F-statistic)	0.000000			



**Gráfico N°6:** Resultados obtidos na estimação da procura internacional com o IDORE

Os resultados da estimação apontam para um bom ajustamento como se pode verificar não só pelo gráfico dos valores observados e ajustados, mas também através da informação estatística obtida. Com efeito, o coeficiente de determinação ( $R^2$ ) indica que 82 % variações da variável dependente (IDORE) são justificadas pelo modelo e apenas 18% não são explicadas pelas variáveis incluídas. Adicionalmente, a regressão é globalmente significativa como indica a estatística  $F_{obs}=59,62$  (p-value: 0.0000), e as variáveis explicativas são também individualmente significativas como indicam as estatísticas  $t$  e os respetivos p-values. Em particular, a variável IATE\_2 é estatisticamente significativa com um nível de confiança de 99%.

## 5. Conclusões

A realização deste trabalho teve como objetivo a construção de uma variável, a que chamamos *Índice de Atração Turística*, IAT, capaz de medir a capacidade de atração da procura turística nacional e internacional para os municípios rurais, ribeirinhos a norte do Douro Português.

Este trabalho consistiu na recolha de dados referentes a 44 municípios e de mais de 60 variáveis quantitativas e qualitativas “de interesse” capazes de justificar as variações das procuras dos turistas domésticos e internacionais dadas diferentes características ambientais, geográficas, económicas e sociais de cada um.

A análise da procura turística nesta região decorreu sob quatro vertentes essenciais: ambiente, economia, população e serviços. Após a análise de todas as variáveis quantitativas selecionadas o estudo centra-se em 30 dos 44 concelhos dos distritos do Porto, Vila Real e Bragança, identificados como “rurais” por critérios pré-estabelecidos. Depois de criteriosa seleção, as variáveis selecionadas ajudam a definir o índice de atração turística rural que é posteriormente testado como única variável quantitativa explicativa nas equações da procura turística doméstica e internacional dirigida a concelhos rurais.

De forma a definir o *índice de atração do turismo* (IAT) foi atribuída uma ponderação relativa para cada uma das quatro vertentes selecionadas para explicar a procura doméstica e internacional, dentro de cada uma dessas mesmas vertentes foram também definidas ponderações para as variáveis quantitativas chegando-se assim a um índice capaz de medir a atração turística dos municípios considerados como mais rurais. Esta foi, uma das limitações deste estudo devido à dificuldade existente na atribuição de pesos relativos às variáveis relevantes uma vez que não se era detentor de informação suficiente para uma ponderação sustentada em dados objetivos.

A análise efetuada permitiu-nos concluir que a capacidade de atração turística dos concelhos ribeirinhos do Douro está fortemente correlacionada com variáveis explicativas das quatro dimensões em estudo no entanto, quando segmentados os concelhos mais rurais, esta informação torna-se insuficiente, sendo necessário a análise

de variáveis numéricas, mas também a introdução de variáveis binárias para algumas características consideradas relevantes no processo de escolha de destinos turísticos.

Conclui-se pela relevância estatística dos índices construídos, que assim permitem uma análise da competitividade entre concelhos quanto à sua capacidade de atração turística e, portanto, de investimento, criação de emprego e riqueza, melhores condições de vida, mais e melhores serviços, de competitividade e desenvolvimento. Este estudo teve ainda como vantagem a capacidade de isolar os concelhos mais rurais e verificar a sua importância na procura doméstica e internacional sendo esta uma das contribuições deste estudo para a investigação sobre a procura do turismo rural em Portugal.

Uma outra investigação que pode ser complementar a este estudo é a estimação da procura turística doméstica e internacional dirigida aos concelhos classificados como urbanos e fazer uma análise comparativa entre estes dois tipos de destinos turísticos.

## 6. Referências

- Abeyasekera (2005), “Multivariate methods for index construction, in *Household Sample Surveys in Developing and Transition Countries*”, capítulo 18; Studies in Methods Series F No. 96, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division, United Nations, New York
- Alves, H.M.B, Cerro, A.M.C. e Martins, A.V.F (2010), “Impacts of small tourism events on rural places “, *Journal of Place Management and Development*, 3(1):.22-37
- Barros, C. L. Botti, N. Peypoch, E. Robinot, B. Solonandrasana e G. Assaf, (2011), “Performance of French destinations: Tourism attraction perspectives” *Tourism Management*, Vol. 32, Issue 1, pp. 141–146
- Boone, N.B.; Sheaffer, P.e Lewis, J. (2003), “Consumer-Driven Agriculture as a means to promote rural income and employment oportunitiesopportunities: A case study of west Virginia”, *Applied Research in Economic Development* 1(2): 19-32
- Bramwell, B. (1998), “User satisfaction and product development in urban tourism” *Tourism Management*, 19(1): 35–47.
- Brown, D. M. (2008) “Rural Tourism: An Annotated Bibliography” *Regional Economist*, paper, Economic Research Service, U.S. Dept. of Agriculture
- Brüngger, H. (2004), “Indicators – spotlight or smokescreen?”,United Nations Economic Commission for Europe. Paper presented at the 23<sup>rd</sup> Nordic Statistical Conference, Turku, Finland, 18-21 August.
- Bruner, E. M. (1994), “Abraham Lincoln as authentic reproduction: a critique of postmodernism”, *American Antropologist*, 18: 238-250.
- Byrd, E.T.; Bosley, H.E.; e Dronberger, M.G. (2009), “Comparisons of stakeholder perceptions of tourism impacts in rural eastern North Carolina”, *Tourism Management*, 30 (5):. 693-703.
- Cherchye L. (2001), Using data envelopment analysis to assess macroeconomic policy performance, *Applied Economics*, 33: 407-416,

- Crouch D. (2006) "Tourism, consumption and rurality", *Handbook of rural studies*, 25: 355-363.
- Davies, E. T.; Gilbert, D. C. (1992), "A case study of the development of farm tourism in Wales", *Tourism Management*, 13(1): 56-63.
- De Mello, M.; N. Fortuna (2005), "Testing alternative dynamic systems for modeling tourism demand" *Tourism Economics*, 11( 4): 517-537.
- De Mello, M.; Pack M. T.; Sinclair (2002), "A system of equations model of UK tourism demand in neighboring countries", *Applied Economics*, 34 (4): 509-522
- Dumitresco, D., A. Baltalunga, G. Billard, G. Bailly and N. Manea (2011), "Tourist Attraction Assessment of the Bran – Rucar Corridor (Romanian Carpathians)", *International Journal of Energy and Environment*, Issue 1, Volume 5, p.154-163
- Ebert U. e Welsch H. (2004), "Meaningful environmental indices: a social choice approach", *Journal of Environmental Economics and Management*, Vol. 47, p. 270-283
- Egbali, N.; Nosrat, A. B.; Ali pour, S. k. S.(2011) "Effects of positive and negative rural tourism (case study: Rural Semnan Province)" *Journal of Geography and Regional Planning* . 4(2):. 63-76
- Fernandes, Paula O.; (2005); "Modelación, Predicción y Análisis del Comportamiento de la Demanda Turística en la Región Norte de Portugal"; *Dissertação de Doutorado. Universidad de Valladolid, Espanha*.
- Fletcher J.; Cooper, C. (1996) "Tourism strategy planning" *Annals of Tourism Research*, 23 (1): 181-200
- Formica (2000). "Destination Attractiveness as a Function of Supply and Demand Interaction", PhD Dissertation, Temple University, School of Tourism & Hospitality Management, 2000, 206pp
- Formica, S. e Uysal, M. (2006), "Destination Attractiveness Dased on Supply and Demand Evaluations: Na Analytical Framework" *Journal of Travel Research* 44: 418-430
- Frederick, M. (1993), "Rural Tourism and Economic Development", *Economic Development Quarterly* 7: 215–224.

- Freudenberg M. (2003), Composite indicators of country performance: a critical assessment, OECD, Paris
- Gilbert, D. (1990), “Conceptual issues in the meaning of Tourism”, in Cooper C. (ed.), *progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management*, Belhaven Press, Londres: 4-27
- Hegarty, C.; Przezborska, L. (2005), “Rural and agritourism as a tool for reorganising rural areas in old and new member states – a comparison study of Ireland and Poland.”, *International Journal of Tourism Research* 7(2): 63–77.
- Howe L, J. Hargreaves e S. Huttly (2008). “Issues in the construction of wealth indices for the measurement of socio-economic position in low-income countries”, *Emerging Themes in Epidemiology*, vol. 5, nº 3, p
- Hunter, C. (1997), “Sustainable Tourism as an adaptive paradigm”, *Annals of Tourism Research* 24 (4): 850-867
- Kastenholz, E. and Almeida, A. L. (2008), “Seasonality in rural tourism – the case of North Portugal” *Tourism Review* 63: 5-15
- Kastenholz, E; Davis, D.; Paul G. (1999), “Segmenting Tourism in Rural Areas: The Case of North and Central Portugal”, *Journal of Travel Research* 37: 353
- Kastenholz. E. (2005), “Analysing determinants of visitor spending for the rural tourist market in North Portugal” *Tourism Economics*, 11 (4): 555-569
- Knowd (2001), "Rural Tourism: panacea and paradox", *Geography Workshop*, University of Western Sidney,: 1-45
- Macbeth, J., (1997), “Planning in Action: A Report and Reflections on Sustainable Tourism” *Tourism Planning and Policy in Australia and New Zealand: Cases, Issues and Practice*, McGraw Hill Australia
- Macgillivray, A.; Zadek, S., (1995), “Accounting for change; indicators for sustainable Development”, *New Economics Foundation*
- MacPherson, C. (1997), “Measuring the economic impact of participants involved in community sporting events”, *thesis (requirements of a Degree of Master of Arts)*, University of New Brunswick, Fredericton



- Manning R., B. Wang, W. Valliere, S. Lawson e P. Newman (2002), "Carrying Capacity of a Tourism Attraction: a study of Alcatraz Island." *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 10, No 5, p. 388-404
- Marcouiller, D. (1997), "Toward Integrative Tourism Planning in Rural America", *Journal of Planning Literature* 11:337–357.
- Marcouiller, D. W.; Kim, K.; Steven, C. Deller (2004) "Natural amenities, tourism and income distribution" *Annals of Tourism Research*, 31(4): 1031–1050
- Markusen, A. (2007), "A Consumption Base Theory of Development: An Application to the Rural Cultural Economy" *Agricultural and Resource Economics Review* 36(1): 9–23
- Marques, H. (2006), "Research report: Searching for complementarities between agriculture and tourism - The demarcated wine-producing regions of northern Portugal" *Tourism Economics*, 12 (1): 147-155
- Mathieson, A. e Wall, G (1982), "Tourism: Economic, Physical and Social Impacts", Harlow, Longman.
- Mishra, P K, Himanshu B. Rout , Smita S. Mohapatra (2011) "Causality between Tourism and Economic Growth: Empirical Evidence from India" *European Journal of Social Sciences*, 18, (4)
- Muñoz, T. G.(2005) "German demand for tourism in Spain" *Tourism Management*, 28:12–22
- Murova, O.; Hanagriff, R. (2011)"Determinants of Returns in Rural Tourism" *Journal of Agricultural and Applied Economics*, 43(3): 423–432
- Narayan, P. K. (2004), "Fiji's tourism demand: The ARDL approach to cointegration" *Tourism Economics*, 10: 193–206.
- Narayanan, D. (2002), "Impacts of tourism and demographic developments in a rural Spanish Pueblo", *thesis dissertation*, California State University, Long Beach, CA.
- Oppermann, M. (1996) "Rural tourism in Southern Germany" *Annals of Tourism Research*, 23(1): 86- 102

Oppermann, M. (2000), "Tourism destination loyalty" *Journal of Travel Research*, 39: 78–84.

Pakurar, M e Olah J (2008) "Definition of Rural Tourism and its Characteristics in thenorthern Greta Plain Region", *University of Debrecen, Center for agricultural Sciences and Engineering*, viewed

Pizam, A., & Upchurch, R.S. (2002). "The training needs of small rural tourism operators in frontier regions. In S. Krakover & Y. Gradus (Eds.), *Tourism in frontier areas Boston*", MA: *Lexington Books* ,117–140.

Prideaux, B., Kininmont, L., (1997), "A Study of Opportunities for Rural Heritage Museums to Maximize Tourism Patronage, Australian Tourism and Hospitality Research Conference Proceedings" *Bureau of Tourism Research*, Canberra

Rodrigues, Á.; Kastenholz, E.; Rodrigues A., (2010), "Hiking as a relevant wellness activity - an exploratory study of hiking tourists in Portugal", *Journal of Vacation Marketing* 16: 331

Saisana M. and Tarantola S. (2002), "*State-of-the-art report on current methodologies and practices for composite indicator development*", EUR 20408 EN, European Commission-JRC: Italy.

Sinclair, M.T. (1998), "Tourism and economic development: A survey", *Journal of Development Studies* 34 (5): 1-51

Skuras, D.; Dimara, E.; Petrou, A.; (2006), " Rural Tourism and Visitor' Expenditures for Local Food Products" *Regional studies*, .40.(7):.769-779

Smith, L.J.S (1987), "Regional Analysis of tourism Resources" *Annals of Tourism Research*, 14 (2): 254-273

Strijov V, and V. Shakin (2003), "Index Construction: the Expert-Statistical Method", *Environmental research, engineering and management*, No. 4 (26), p 51-55.

Yoon, Y. and M. Uysalb (2005), "An examination of the effects of motivation and satisfaction on destination loyalty: a structural model." *Tourism Management*, 26, p. 45-56.

- Swarbrooke, J., (1996), "Culture, Tourism, and Sustainability of Rural Areas in Europe", Robinson, M., Evans, N., Callaghan, P., 1996, *Managing Cultural Resources for the Tourist: Tourism and Culture - Towards the 21st Century* (Conference Proceedings), University of Northumbria, Newcastle, UK
- Tchetchik, A.; Fleischer A. e Finkelshtain I. (2008) "Differentiation and Synergies in rural tourism: estimation and simulation on the Israel market", *American Journal of Agricultural Economics*, 90: 553-570
- Tsiotsou, R., & Vasioti, E. (2006) "Satisfaction: A segmentation criteria for short term visitors of mountainous destinations" *Journal of Travel and Tourism Marketing*, 20(1): 61-73.
- Turner, R. K. (1991) "Environment, Economics and Ethics", *Blueprint 2: Greening the World Economy*, D. Pearce, 1: 209-224
- Tyrrell, T.J., e Johnston. R.J. (2009) "The Economic Impacts of Tourism: A Special Issue." *Journal of Travel Research* 45 (3): 3-7
- Untaru, E.N., e Seitan, O. (2010), "The Influence of the National Macro-Environmental Variables on Tourism Services Consumption," *Paper presented at the 7th International Conference on Engineering Education*, Corfu Island, Greece
- Walmsley D.J.e Jenkins J.M. (1992), "Tourism cognitive mapping of unfamiliar environment, " *Annals of Tourism Research* 19. 268-286
- Wang, C. H. (2004). Predicting tourism demand using fuzzy time-series and hybrid grey theory. *Tourism Management*, 25: 367-374.
- Wang, N. (1999), "Rethinking authenticity in tourism experience», *Annals of Tourism Research*, 26 (2): 349-370
- Yoon Y.; Uysal M. (2005), "An examination of the effects of motivation and satisfaction on destination loyalty: a structural model", *Tourism Management* 26: 45-56
- Young, M. (1999), "Cognitive maps of Nature-Based Tourism", *Annals of Tourism Research* 26(4): 817-939

#### **Sites consultados:**

Travel & Tourism competitiveness Index (4ª Edição) em  
<http://www.weforum.org/issues/travel-and-tourism-competitiveness> acedido em  
21/10/2011

IT (2001), os resultados do turismo, Turismo de Portugal em  
<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/Pages/Homepage>. acedido em  
21/11/2011

O relatório sobre Política de Desenvolvimento Rural 2007-2013 da Comissão Europeia  
(PDR\_CE, 2007-2013) em [http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/index_pt.htm) acedido  
em 21/11/2011

Base de dados e anuários de estatísticas em <http://www.ine.pt/> acedido em 04/01/2012